



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS (PPG-PCTs)

**MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E  
TERRAS TRADICIONAIS (MESPT)**

---

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE CURSO**

BRASÍLIA - DF, 2019

## SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Dados gerais	7
3. Antecedentes	7
4. Objetivos	10
4.1 Objetivo geral	10
4.2 Objetivos específicos	11
5. Linhas de pesquisa	12
5.1 Territorialidades e Sistemas Agroalimentares em Contextos Tradicionais	12
5.2 Sustentabilidade, Epistemologias e Práticas Interculturais	12
6. Diretrizes político-pedagógicas	14
7. Seleção e perfil do estudante	17
7.1 Processo seletivo	18
7.2 Perfil de ingresso	19
8. Carga horária	20
9. Matriz curricular	20
10. Ementas das disciplinas	32
10.1 Disciplinas obrigatórias	32
Seminário Integrador 1: Sustentabilidade	32
Seminário Integrador 2: Territorialidades	33
Seminário Integrador 3: Interculturalidade e Intercientificidade	35
Fundamentos e Métodos de Pesquisa 1	36
Novas Narrativas em Escrita Acadêmica 1	37
Fundamentos e Métodos de Pesquisa 2	39
Novas Narrativas em Escrita Acadêmica 2	40

10.2 Disciplinas optativas	41
Gestão Ambiental e Territorial	41
Cultura, Desenvolvimento e Sustentabilidade	44
Dinâmicas dos Sistemas Produtivos Tradicionais	46
Organização Social e Reciprocidade	48
Conhecimento na Prática	50
Práticas de Cuidado e Sustentabilidade	51
Processos Educativos no Contexto de Povos de Comunidades Tradicionais	53
Epistemologias Comparadas	54
Seminário de Pesquisa 1	56
Seminário de Pesquisa 2	57
Tópicos Especiais 1	58
Tópicos Especiais 2	59
11. Titulação e perfil da(o) egresso	60
11.1 Titulação	60
11.2 Perfil do egresso	61
12. Equipe docente	64
12.1 Professora(e)s permanentes	64
12.2 Professora(e)s colaboradora(e)s	65
12.3 Professora visitante	66
13. Gestão acadêmica e avaliação	66
14. Infraestrutura	66
15. Bibliografia	67
ANEXO 1   Regulamento Geral	68

## SIGLAS

<b>CACiAmb</b>	Área de Ciências Ambientais
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CDS</b>	Centro de Desenvolvimento Sustentável
<b>CEPE</b>	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
<b>Col-PCTs</b>	Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais
<b>CPG</b>	Comissão de Pós-Graduação
<b>CPP</b>	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação
<b>DAN</b>	Departamento de Antropologia
<b>DPG</b>	Decanato de Pós-Graduação
<b>FE</b>	Faculdade de Educação
<b>FUP</b>	Faculdade UnB Planaltina
<b>ICS</b>	Instituto de Ciências Sociais
<b>M&amp;A</b>	Monitoramento e Avaliação
<b>MESPT</b>	Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais
<b>PCTs</b>	Povos e Comunidades Tradicionais
<b>PNGATI</b>	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
<b>PNGAT Quilombola</b>	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola
<b>PNPCT</b>	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
<b>PPG-PCTs</b>	Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais

<b>PPG-PDS</b>	Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável
<b>PPPC</b>	Projeto Político Pedagógico do Curso
<b>RESEX</b>	Reserva Extrativista
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília

## FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Esquema ilustrativo da estrutura do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs)	14
<b>Figura 2</b> - Relação entre disciplinas optativas e linhas de pesquisa	23
<b>Figura 3</b> - Fluxograma de módulos e disciplinas	25

## TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Disciplinas e carga horária por semestre	21
<b>Tabela 2</b> - Disciplinas optativas	22
<b>Tabela 3</b> - Calendário de alternância	27
<b>Tabela 4</b> - Consolidação da proposta de matriz curricular	29

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Político-Pedagógico de Curso (PPPC) do Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs), da Universidade de Brasília (UnB).

O PPPC é o instrumento que comunica os dados gerais, a concepção político-pedagógica, a descrição da estrutura e funcionamento do curso, dentre outros aspectos. As normas de funcionamento do curso encontram-se descritas no Regulamento do PPG-PCTs, no Anexo 1.

## 2. DADOS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (53001010113P2)

Modalidade: Profissional

Nível: Mestrado

Área de Concentração: Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais

Área de avaliação na CAPES: Interdisciplinar (90100000), Sociais e Humanidades (90192000)

## 3. ANTECEDENTES

O Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) foi criado originalmente em 2010, após o estabelecimento de uma nova área de concentração no âmbito do Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), em funcionamento no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) desde 1998. A criação a Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais ensejou a modelagem de uma iniciativa pioneira para a formação em nível de pós-graduação de profissionais indígenas, quilombolas, sujeitos oriundos de outros contextos comunitários abarcados pela categoria Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) - além de profissionais, sem origem comunitária, que atuam junto a PCTs, em posições

institucionais diversas (órgãos do poder executivo e judiciário, organizações da sociedade civil e movimentos sociais).

A primeira seleção do MESPT foi realizada em 2011, focalizando a temática indígena. A primeira turma foi composta por 14 indígenas e 12 profissionais não-indígenas. Desses 26 estudantes, 23 foram titulados em 2013, encerrando o primeiro ciclo de experimentações e aprendizagens do MESPT.

Tendo se constituído como uma área de concentração em um programa de pós-graduação preexistente, a iniciativa foi objeto de apreciação por parte da CAPES nesse mesmo ano, no âmbito da Avaliação Trienal (2010 – 2012) dos programas de pós-graduação. Nessa ocasião, a Área de Ciências Ambientais (em que se encontrava o PPG-PDS) recomendou:

uma reestruturação mais profunda das áreas de concentração e suas respectivas linhas. A perspectiva de área frutífera se relaciona majoritariamente à 'Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais', que deve se desdobrar em linhas mais específicas, por exemplo 'Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas', 'Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Locais (quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais etc.)' (CAPES, Ficha de Avaliação do Programa, divulgada em 2 de dezembro de 2013).

Em observância ao parecer, o ano de 2014 foi dedicado à reestruturação do PPG-PDS, incluindo a recomposição do Colegiado, da matriz curricular, dentre outros aspectos para a continuidade do desenvolvimento da iniciativa. Em setembro do mesmo ano, a Diretoria de Avaliação da Coordenação da Área de Ciências Ambientais, em ofício, manifestou-se "favorável à extinção da área de concentração Política e Gestão de Ciência e Tecnologia, mantendo-se assim como foco do Programa a área de concentração Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais" (CAPES, Ofício CACiAmb no 16/2014, encaminhado em 20 de setembro de 2014). A reestruturação permitiu que professores de diferentes unidades acadêmicas da UnB pudessem contribuir com a iniciativa a partir de 2014.

Concluída a reestruturação, o MESPT retomou as atividades acadêmicas em 2015, iniciando o seu segundo ciclo de experimentações e aprendizagens, com a seleção de uma nova turma, composta por 30 estudantes e uma maior diversidade de perfis, incluindo quilombolas, geraizeira(o)s, um pomerano e *maroons* do Suriname.

Nos anos de 2016 e 2017 foram realizados outros dois processos seletivos para a composição da terceira e da quarta turmas, com uma crescente diversidade de perfis acolhidos pela iniciativa (pescadora(e)s artesanais, retireira(o)s, cigana(o)s, comunidades de terreiro entre outros). No conjunto, essas turmas integraram outra(o)s 38 estudantes.

O grande número de candidaturas submetidas a cada um dos quatro editais de seleção abertos, indica haver uma demanda reprimida para formação, em nível de pós-graduação, para profissionais desse campo de atuação - 154 candidaturas em 2011, 190 em 2015, 59 em 2016 e 103 em 2017. As seleções ao longo desses anos têm tido alcance nacional, de modo que as turmas são compostas por estudantes que vêm de todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), além de diferentes contextos comunitários e institucionais.

A(o)s egressa(o)s têm seguido trajetórias diversas, havendo aquela(e)s que ingressaram em cursos de doutorado, a(o)s que seguiram em seu exercício profissional ou se repositionaram institucionalmente, mas em todos os casos esses sujeitos têm buscado repercutir a formação recebida e/ou aplicar os conhecimentos produzidos em seus contextos de atuação profissional – sejam esses o de associações comunitárias, organizações de assessoria, movimentos sociais ou órgãos de governo. Muitos também têm comunicado seus resultados de pesquisa/intervenção em congressos e por meio de publicações, como capítulos de livro e artigos em periódicos.

Na última Avaliação Quadrienal (2013 - 2016), o MESPT foi descontinuado na Área de Ciências Ambientais da CAPES, com a recomendação de que fosse rerepresentado como proposta de curso à Área Interdisciplinar. O parecer emitido por ocasião da avaliação reconhece que o processo de reestruturação do PPG-PDS - operado entre os anos de 2014 e 2016 - deu origem a um curso absolutamente novo. A recomendação enseja, assim, a refundação e ampliação do MESPT, a fim de realizar

plenamente suas potencialidades e consolidá-lo como referência pioneira na inclusão de PCTs na pós-graduação brasileira.

O presente Projeto Político-Pedagógico de Curso representa, portanto, a culminância de um processo que vem se gestando, desde 2010. A refundação do MESPT incluiu a recomposição da equipe do curso, de sua estrutura de funcionamento e sua matriz curricular, além de outras dimensões, com base nas lições aprendidas desde a primeira edição do curso.

Tendo em vista seu caráter eminentemente interdisciplinar, o MESPT hoje se realiza pela somatória de esforços, expertises e infraestrutura de quatro unidades acadêmicas da Universidade de Brasília, a saber: o Departamento de Antropologia (DAN), do Instituto de Ciências Sociais (ICS), o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), a Faculdade UnB Planaltina (FUP) e Faculdade de Educação (FE), configurando-se como um programa de pós-graduação interunidades e multicampi da UnB. As vantagens do modelo envolvem o estímulo ao exercício da interdisciplinaridade, inovações teórico-metodológicas, a integração no plano intrainstitucional e a partilha de infraestrutura e oportunidades de pesquisa.

## 4. OBJETIVOS

### 4.1 OBJETIVO GERAL

O Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) visa à formação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base no diálogo de saberes (acadêmicos e tradicionais) e em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território e dos bens naturais, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

## 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Formar profissionais capazes de diagnosticar e analisar criticamente contextos, processos sociais e políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento e à sustentabilidade de povos e territórios tradicionais;
- b) Formar agentes de diálogo intercultural, capazes de mediar conflitos socioambientais, de propor e dinamizar o desenvolvimento colaborativo de projetos, metodologias e/ou tecnologias sociais para a sustentabilidade de povos e territórios tradicionais;
- c) Potencializar processos de autogestão territorial ou gestão compartilhada entre distintos atores sociais, que se baseiem em formas sustentáveis de organização social e de relação sociedade-natureza;
- d) Contribuir para o desenvolvimento de enfoques interdisciplinares e métodos colaborativos de pesquisa e intervenção social, no âmbito das entidades ou órgãos em que atuam profissionalmente a(o)s estudantes do curso;
- e) Contribuir para o fortalecimento de capacidades organizativas de órgãos e entidades que atuam junto a povos e territórios tradicionais, por meio do desenvolvimento de pesquisa implicada e da formação interdisciplinar de profissionais pertencentes aos seus quadros;
- f) Contribuir para o desenvolvimento teórico, metodológico e epistemológico relativo às dimensões do diálogo de saberes, formulando conceitos que contemplem uma concepção ampla de sustentabilidade (não restrita ao ambiente), territorialidade e interculturalidade;
- g) Promover a construção colaborativa, o intercâmbio e a articulação em rede de iniciativas de pesquisa e intervenção social orientadas pela perspectiva da interculturalidade e da sustentabilidade.

## 5. LINHAS DE PESQUISA

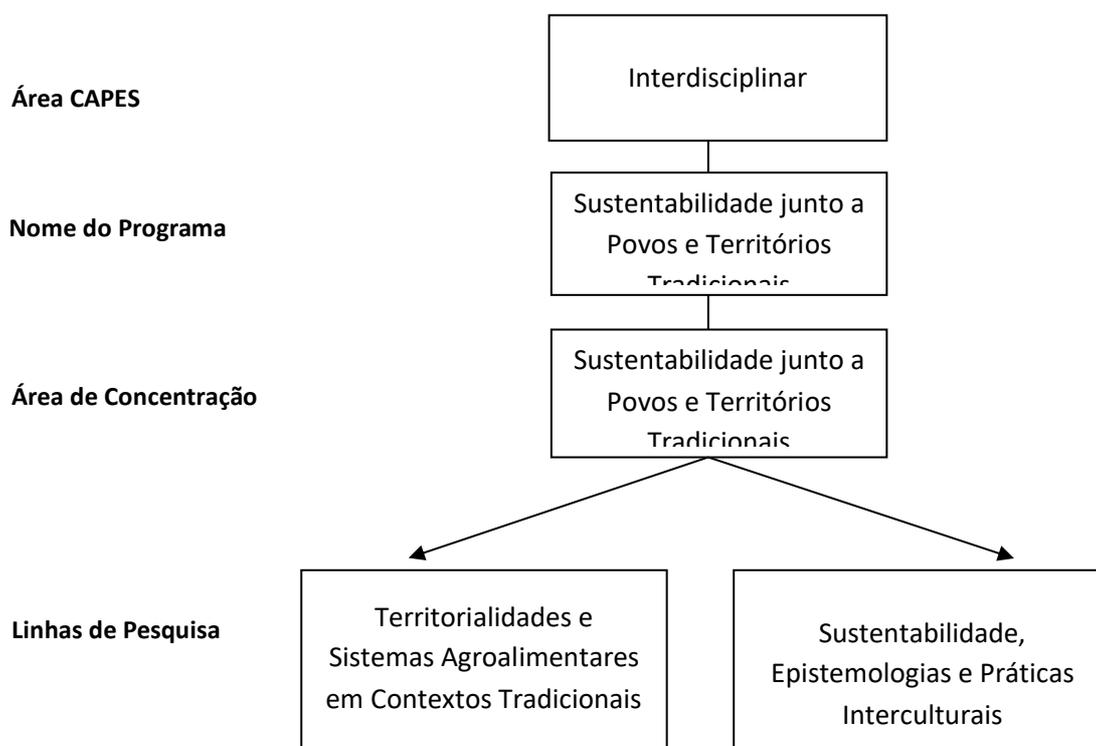
### 5.1 TERRITORIALIDADES E SISTEMAS AGROALIMENTARES EM CONTEXTOS TRADICIONAIS

Linha de pesquisa dedicada à temática da gestão ambiental e territorial de terras indígenas, terras de quilombo, Reservas Extrativistas (RESEX) e outras categorias de territórios tradicionais, como faxinais, fundos de pasto, territórios de pesca, geraizeiros, retireiros, ciganos, ribeirinhos, pomeranos, dentre outras. Visa a realização de pesquisas que evidenciem os vínculos entre as dinâmicas territoriais e as formas de uso e manejo dos bens naturais e, por meio do diálogo entre sistemas de conhecimento, investiguem: a) formas de uso e apropriação do território como fonte geradora de renda e produtora de sementes e alimentos, as dinâmicas sociais de trabalho, produção e vida cultural, assim como o reflexo de diferentes relações entre natureza e cultura, contemplando as múltiplas identidades étnico-raciais; (b) categorias cognitivas locais (sistemas agrícolas e alimentares, plantas cultivadas dentre outros) e os processos culturais de construção do conhecimento tradicional, para o fortalecimento das estratégias locais de sustentabilidade e de segurança alimentar; (c) interfaces entre as práticas agroextrativistas locais e políticas/projetos de gestão ambiental e territorial, de conservação da (agro)biodiversidade e de desenvolvimento econômico, evidenciando as metodologias e instrumentos com vistas à autonomia e protagonismo de PCTs na gestão ambiental e territorial; (d) diferentes relações sociais e de adequação sociotécnica para a gestão de empreendimentos econômicos solidários para o uso de produtos e serviços da sociobiodiversidade, políticas públicas e programas governamentais associados; (e) o Estado e os governos na relação com os territórios tradicionais, modelos de desenvolvimento e conflitos socioambientais, políticas públicas e programas governamentais voltados à sustentabilidade de povos indígenas, quilombolas e/ou comunidades tradicionais.

### 5.2 SUSTENTABILIDADE, EPISTEMOLOGIAS E PRÁTICAS INTERCULTURAIS

Linha de pesquisa dedicada à discussão de experiências vivenciadas em contextos comunitários e à produção de conhecimento teórico e metodológico orientado pela articulação simétrica entre sistemas de conhecimento científicos e tradicionais que visem a sustentabilidade dos territórios, em um sentido amplo. Investiga a produção de conhecimentos não-hegemônicos, enfatizando as experiências interculturais que historicamente resultaram em alianças entre povos e comunidades tradicionais. Do ponto de vista epistemológico são estimuladas pesquisas que visem: (a) o uso de perspectiva teórica interdisciplinar interpretada segundo categorias formuladas pelas próprias comunidades; (b) instrumentalizar a perspectiva autobiográfica como estratégia metodológica para a ação política; (c) contemplar experiências narrativo-ontológicas como insurgência comunicativa na academia; (d) enfatizar a elaboração de formas de autoria coletiva e trabalhos colaborativos como produção de conhecimento e (e) a compreensão das singularidades dos processos de educação intercultural e das proposições de pedagogias engajadas em contextos tradicionais. Sob a perspectiva das práticas interculturais discute: as interseccionalidades, heterogeneidades, deslocamentos, pluralidades de modos de vida, práticas educativas de coletivos étnico-raciais, processos de identificação política e marcadores sociais da diferença, além das formas de mobilização social, no passado e no presente.

**Figura 1 - Esquema ilustrativo da estrutura do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs)**



## 6. DIRETRIZES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS

Três são os eixos teórico-metodológicos do MESPT: no plano teórico, a sustentabilidade no contexto de territórios tradicionais, em sentido amplo – e, portanto, não restrita à dimensão ambiental –; no plano metodológico, a interdisciplinaridade; e, em plano transversal, o diálogo de saberes (acadêmicos e tradicionais) para responder aos desafios da interculturalidade.

Os vínculos históricos e afetivos de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais com os lugares que historicamente ocupam, as formas próprias de conhecimento e manejo dos recursos naturais resultantes dessa experiência, bem como a predisposição para defendê-los contra processos de expropriação e degradação ambiental são aspectos que se galvanizam nas noções de território e territorialidade. Essas são, portanto, noções que permitem abordar as dimensões materiais e simbólicas da experiência particular de povos e comunidades tradicionais

e para a revisão das concepções de sustentabilidade em circulação no ambiente acadêmico.

A situação geral dos territórios tradicionais, ao lado do reconhecimento do direito de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais à terra, do valor intrínseco de suas culturas, bem como do papel de seus conhecimentos e práticas para a sustentabilidade, justificam esforços de produção de conhecimentos sociotecnicamente adequados (DAGNINO, 2002; FEENBERG, 2002) à superação dos desafios que esses grupos enfrentam contemporaneamente, realizando um dos princípios da Justiça Ambiental, o da produção de conhecimento próprio. O reconhecimento e valorização dos sistemas de conhecimento tradicionais, por meio da formação intercultural de sujeitos oriundos de contextos comunitários, por sua vez, realiza outra ordem de justiça, a Justiça Epistêmica.

Por isso, o MESPT orienta-se pela noção de diálogo de saberes (ou ecologia de saberes), desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2006), que propugna uma necessária revalorização do lugar na produção dos saberes ou, dito de outro modo, uma revalorização das vozes dos sujeitos no cotidiano para o estabelecimento de uma nova dinâmica na construção de conhecimentos - não mais baseada na histórica hegemonia da ciência sobre outros saberes, mas, sim, na busca pelo diálogo entre eles. “Diálogo” é uma categoria também fundamental, na base epistemológica da *pedagogia engajada* proposta por bell hooks, sob a inspiração de Paulo Freire, para o qual os seres humanos conhecem e transformam o mundo, como sujeitos, estabelecendo *comunidades abertas de aprendizado*. Assim, o diálogo, segundo essa concepção viabiliza também, aos sujeitos, aprenderem e crescerem por meio de processos de convívio intercultural.

Tendo por inspiração essas perspectivas teórico-metodológicas, as atividades de ensino-aprendizagem do MESPT intentam estimular o diálogo entre os conhecimentos acadêmicos e tradicionais, bem como entre as diferentes concepções de sustentabilidade e território.

Também a opção por recortes temáticos na definição das Linhas de Pesquisa - em lugar de recortes étnico-raciais - visa assegurar as condições para o exercício da

interculturalidade, mantendo uma dinâmica de diálogo entre professora(e)s e estudantes e entre estudantes de diferentes origens e contextos, a partir de temáticas que agrupam questões comuns a povos e comunidades tradicionais, sem perder de vista suas especificidades.

Para uma formação suficientemente abrangente e efetiva em sustentabilidade junto a povos e territórios tradicionais faz-se também necessário adotar uma abordagem interdisciplinar sobre o tema. Assim, tanto a composição da equipe de professora(e)s (permanentes e colaboradora(e)s), como a definição de disciplinas que constituem a matriz curricular do curso são orientadas pela integração de diferentes áreas do conhecimento como as Ciências Sociais e Humanas (Antropologia, Educação, Filosofia, Geografia, História e Sociologia), Ciências da Saúde (Nutrição e Saúde Coletiva), Aplicadas (Administração e Direito), Tecnologias (Engenharia de Alimentos) da Vida e da Terra (Ecologia) e Agrárias (Agronomia).

Como parte da orientação político-pedagógica do curso e tendo em vista as especificidades da(o)s estudantes inseridos em contextos comunitários, o MESPT se organiza com base nos pressupostos e dinâmica da Pedagogia da Alternância, metodologia de ensino-aprendizagem que conjuga diferentes experiências formativas, distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos: o Tempo Universidade, que implica na realização de atividades localizadas no ambiente acadêmico, e o Tempo Comunidade, que se realiza no ambiente das comunidades (preferencialmente) ou no ambiente de atuação profissional da(o) estudante. Tal dinâmica permite a revalorização do lugar (i. e. do território) como *locus* para a produção de conhecimentos, ao lado do ambiente acadêmico. Tem-se assim, em perspectiva, a produção de conhecimentos sociotecnicamente adequados, ou seja, que têm em conta as particularidades étnicas, ecológicas, sociais e políticas relativas aos contextos locais e/ou regionais em que se pretende incidir.

O MESPT privilegia a aprendizagem pela pesquisa, buscando despertar o interesse pela investigação entre a(o)s estudantes. Essa orientação deve permear todas as disciplinas e atividades do curso (seja no Tempo Universidade ou no Tempo Comunidade), por meio do estímulo à problematização da realidade, à coleta, sistematização e análise de dados, e do permanente cotejamento entre teoria e

prática, na produção de novos conhecimentos, baseados no diálogo intercultural e interdisciplinar. Também concorre para essa perspectiva a adesão a métodos colaborativos (LASSITER, 2005), de modo a integrar as próprias comunidades como sujeitos do processo, portanto, agentes na formulação de questões de pesquisa e na própria produção de conhecimentos de interesse.

Três seminários integradores compõem a matriz curricular, constituindo-se em *loci* para a articulação teórica e entre disciplinas, além de seminários especiais de pesquisa. Nessa perspectiva, os seminários incorporam mecanismos que favorecem a participação ativa da(o)s estudantes, enquanto sujeitos de conhecimento, propondo, desenvolvendo e comunicando experiências, além de resultados preliminares de pesquisa e intervenção. Os seminários integradores também são espaços de encontro, com convidada(o)s, entre intelectuais acadêmica(o)s e PCTs que colaboram com o MESPT.

## 7. SELEÇÃO E PERFIL DO ESTUDANTE

O MESPT destina-se à formação de profissionais (indígenas, quilombolas, membros de comunidades tradicionais e aliada(o)s sem origem comunitária) que atuam no mundo do trabalho, em órgãos públicos, organizações da sociedade civil (de assessoria ou base comunitária) ou empresas que têm interesse de refletir sobre a sua prática profissional e de potencializar suas intervenções em apoio a povos e territórios tradicionais.

O MESPT observa as definições de povos e comunidades tradicionais e de territórios tradicionais estabelecida pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a saber:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

### 7.1 PROCESSO SELETIVO

Para composição de suas turmas, o MESPT lança editais de seleção pública, amplamente divulgados junto a instituições de base comunitária e apoio a povos e comunidades tradicionais. Os editais estabelecem normas, critérios e cronograma de seleção, em consonância com a regulamentação geral da Universidade de Brasília e demais normas pertinentes.

A definição do número de vagas abertas a cada edital deve considerar a disponibilidade de orientadora(e)s e o fluxo de entrada e saída de estudantes do curso. Uma comissão específica é instituída pelo Colegiado do PPG-PCTs a cada processo seletivo, a fim de elaborar e implementar o edital, em diálogo com a Coordenação do Programa e, em atendimento ao Regulamento, que se encontra no Anexo 1 deste PPPC.

Em consonância com a orientação político-pedagógica do MESPT, devem compor as Comissões de Seleção: professora(e)s do PPG-PCTs, mas também membros examinadora(e)s externa(o)s à UnB, convidada(o)s a compartilhar o processo decisório para fins de seleção - especialmente representantes indígenas, quilombolas e/ou sujeitos oriundos de comunidades tradicionais, com destacada trajetória como intelectuais e/ou lideranças na cena pública.

Em cumprimento ao propósito do MESPT, de realizar uma formação intercultural de caráter integral, as turmas devem ter uma composição multiétnica. Nesse sentido, a presença de sujeitos PCTs no curso é um elemento estruturante de sua proposta político-pedagógica. Por isso, a maioria das vagas são destinadas a candidata(o)s autoidentificada(o)s indígenas, quilombolas ou originários de comunidades

tradicionais. A priorização realiza-se com a destinação de (nunca menos que) 50% das vagas para esses perfis, podendo alcançar 100%, a depender da demanda.

O MESPT procura, contudo, cumprir essa diretriz de priorização de formação de sujeitos PCTs sem abdicação total da possibilidade de ingresso de sujeitos sem origem comunitária. Afinal, um dos objetivos do curso é qualificar profissionais aliada(o)s para o diálogo intercultural, o que inclui a formação daquela(e)s que, não pertencendo a povos indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais, atuam junto a esses segmentos e podem contribuir para transformações positivas na direção da sustentabilidade em territórios tradicionais e nas relações intersocietárias e interétnicas.

Esta segunda diretriz para os processos seletivos do MESPT também converge com a orientação político-pedagógica do curso, na medida em que busca constituir comunidades de aprendizagem multiétnicas para uma formação baseada *no diálogo* e *para o diálogo* entre saberes e sociedades.

Ressalta-se que as duas diretrizes acima guardam relações entre si, devendo ser implementadas de forma combinada e sem prejuízo de critérios estritamente acadêmicos, mormente expressos nos editais de seleção, como titulação mínima, trajetória profissional e acadêmica, proposições de pesquisa consonantes com o PPG-PCTs.

Por fim, quando da abertura de vagas destinadas exclusivamente a profissionais autoidentificada(o)s indígenas, quilombolas e/ou sujeitos oriundos de outras comunidades tradicionais, a título de cotas, são exigidos:

- a) Declaração da comunidade de origem (ou associação de base comunitária) da(o) candidata(o), atestando conhecimento prévio e apoio à sua candidatura ao curso;
- b) Declaração de pertencimento étnico assinada pela(o) candidata(o), afirmando sua vinculação social, cultural, política e/ou familiar com um povo ou comunidade tradicional.

## 7.2 PERFIL DE INGRESSO

São características esperadas da(o)s candidata(o)s às vagas do MESPT:

- a) Experiência e interesse em atuar junto a povos e comunidades tradicionais, com foco sobre os desafios da sustentabilidade de seus territórios;
- b) Potencial como agente de diálogo, manifesto pela flexibilidade e abertura para o novo, pelo respeito e valorização da diversidade cultural e/ou pela experiência prévia com pesquisa/intervenção colaborativa;
- c) Potencial como agente transformador, manifesto pela capacidade de liderança e/ou experiência profissional e conhecimentos gerais sobre processos sociais e políticos atuais, afetos e povos e comunidades tradicionais;
- d) Noções gerais sobre sustentabilidade e interculturalidade;
- e) Habilidades comunicativas orais e escritas em português.

## 8. CARGA HORÁRIA

O curso tem duração de 24 meses e carga horária de 420 horas. Essa carga horária corresponde a 28 créditos a serem cursados, sendo 14 deles com disciplinas obrigatórias, chamadas também disciplinas do Tronco Comum, e 14 a serem cumpridos por meio de disciplinas optativas – ou disciplinas de Domínio Conexo -, conforme detalhamento a seguir.

Em comum acordo com a(o) orientadora(orientador), a(o) estudante do MESPT poderá cursar disciplinas de Domínio Conexo oferecidas por outros programas de pós-graduação *stricto sensu*, com limite de aproveitamento de 04 (quatro) créditos.

## 9. MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do MESPT é composta por (a) disciplinas obrigatórias, entre seminários temáticos e aquelas para o desenvolvimento de competências e habilidades específicas para o exercício acadêmico em chave intercultural, e (b) disciplinas optativas. Abaixo, segue fluxograma, com a indicação das disciplinas oferecidas semestre a semestre e suas respectivas cargas horárias.

**Tabela 1 - Disciplinas e carga horária por semestre****1º semestre**

<b>Disciplina</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Créditos</b>
Seminário Integrador 1: Sustentabilidade	Obrigatória	02
Seminário Integrador 2: Interculturalidade e Intercientificidade	Obrigatória	02
Seminário Integrador 3: Territorialidades	Obrigatória	02
Fundamentos e Métodos de Pesquisa 1	Obrigatória	02
Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 1	Obrigatória	02
Seminário Especial de Pesquisa 1	Optativa	02
<b>TOTAL</b>		<b>12</b>

**2º semestre**

<b>Disciplina</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Créditos</b>
Fundamentos e Métodos de Pesquisa 2	Obrigatória	02
Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 2	Obrigatória	02
Disciplina optativas a definir, de acordo com a oferta	Optativa	06
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>

**3º semestre**

<b>Disciplina</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Créditos</b>
Disciplina optativas a definir, de acordo com a oferta	Optativa	04
Seminário Especial de Pesquisa 2	Optativa	02

<b>TOTAL</b>	<b>04</b>
--------------	-----------

**4º semestre**

<b>Disciplina</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Créditos</b>
Seminário Especial de Pesquisa 2	Optativa	02
<b>TOTAL</b>		<b>02</b>

São disciplinas optativas, além dos Seminários Especiais de Pesquisa:

**Tabela 2 - Disciplinas optativas**

<b>Disciplina Optativas</b>	<b>Créditos</b>
Gestão Ambiental e Territorial	02
Cultura, Desenvolvimento e Sustentabilidade	02
Dinâmicas dos Sistemas Produtivos Tradicionais	02
Organização Social e Reciprocidade	02
Epistemologias Comparadas	02
Processos Educativos em Contextos de Povos e Comunidades Tradicionais	02
Conhecimento na Prática	02
Práticas de Cuidado e Sustentabilidade	02
Tópicos Especiais 1	02
Tópicos Especiais 2	02

As disciplinas optativas, acima, dialogam e integram as duas linhas de pesquisa do PPG-PCTs, oferecendo amplas possibilidades de modelagem do histórico escolar dos estudantes, de acordo com seus interesses de pesquisa/intervenção.

**Figura 2 - Relação entre disciplinas optativas e linhas de pesquisa**

↓ **Territorialidades e Sistemas Agroalimentares Tradicionais**

Gestão Ambiental e Territorial	
Cultura, Desenvolvimento e Sustentabilidade	
Dinâmicas dos Sistemas Produtivos Tradicionais	
Organização Social e Reciprocidade	
Conhecimento na Prática	
Práticas de Cuidado e Sustentabilidade	
Processos Educativos no Contexto de Povos e Comunidades Tradicionais	
Epistemologias Comparadas	

**Epistemologias e Práticas Interculturais ↑**

O conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas do MESPT se organiza ainda em módulos funcionais, descritos a seguir:

**Módulos 1 e 2 - Fundamentos Teóricos e Metodológicos:** compostos por disciplinas obrigatórias e atividades complementares no ambiente acadêmico. Os Seminários Integradores (Sustentabilidade, Territorialidades e Interculturalidade e Intercientificidade), destinam-se à análise e discussão de fundamentos teóricos do curso. As atividades complementares referem-se (a) à acolhida aos estudantes, com a comunicação de informações relevantes sobre o curso (seus objetivos, estrutura curricular, método de ensino-aprendizagem, corpo docente etc.); (b) ao ensino-aprendizagem de códigos próprios à cultura acadêmica e boas práticas de estudo; (c) à integração de estudantes e professora(e)s; (d) a discussão preliminar dos interesses de pesquisa/intervenção e (e) a depoimentos de egressa(o)s. Também compõem

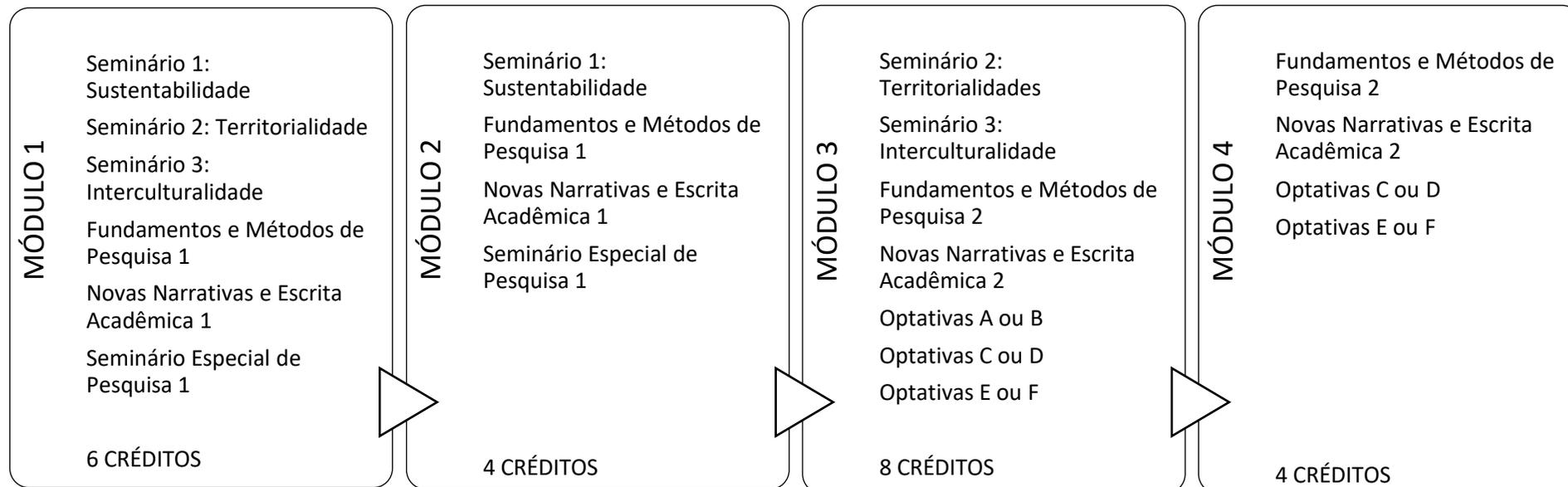
estes módulos disciplinas obrigatórias formativas de competências e habilidades específicas ao exercício acadêmico intercultural: Fundamentos e Métodos de Pesquisa 1 e Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 1.

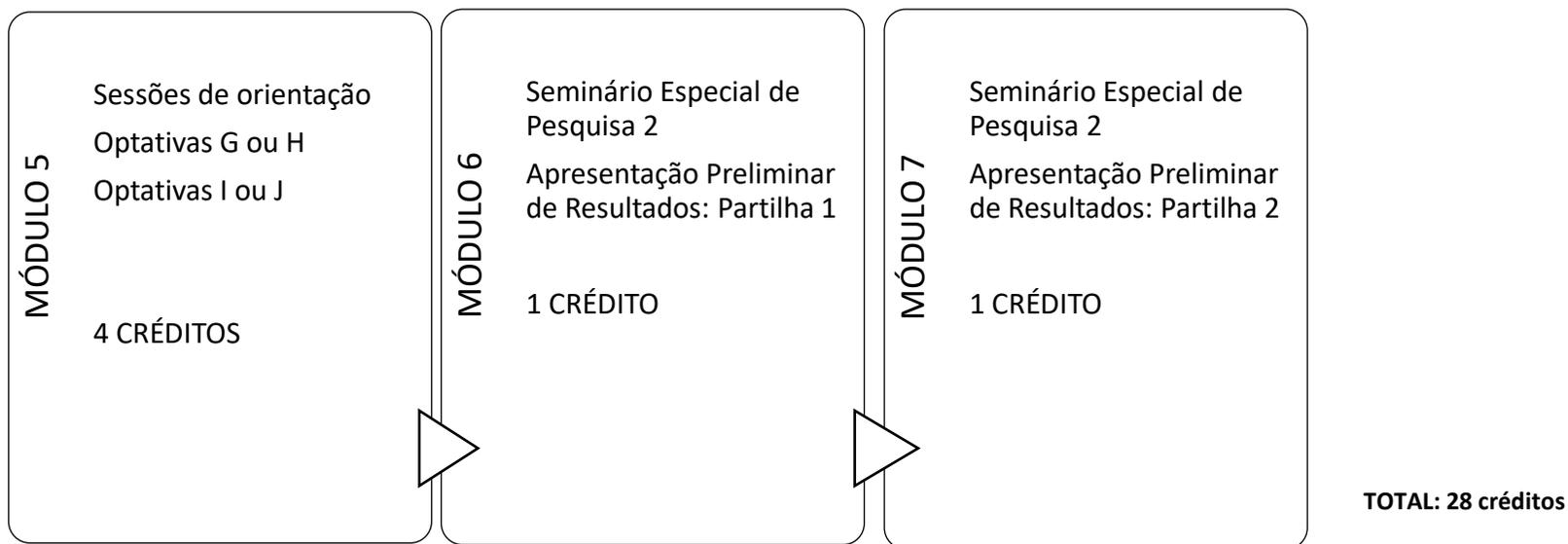
**Módulo 3 a 5 –Tópicos Especiais de Pesquisa:** módulos compostos por disciplinas optativas (temáticas) e disciplinas formativas de competências e habilidades específicas: Fundamentos e Métodos de Pesquisa 2 e Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 2. As disciplinas optativas estão relacionadas às duas linhas de pesquisa do PPG-PCTs e visam oferecer espaço de discussão e referencial teórico e empírico sobre temas específicos de interesse da(o)s estudantes.

**Módulo 6 e 7: Orientação para Pesquisa/Intervenção:** módulos compostos por atividades de apoio à realização da pesquisa e redação do trabalho de conclusão de curso por parte de cada estudante, sob orientação de uma(um) ou mais professora(e)s.

Abaixo, segue figura síntese do fluxo de módulos e disciplinas do MESPT.

Figura 3 - Fluxograma de módulos e disciplinas





Na dinâmica de alternância do curso, os módulos correspondem aos períodos chamados Tempo Universidade. Ou seja, são as atividades a serem realizadas pela(o)s estudantes e professora(e)s, presencialmente, no ambiente acadêmico. As atividades do Tempo Universidade são realizadas nas instalações da Universidade de Brasília (nos *campi* Darcy Ribeiro e Planaltina), sendo distribuídas em 7 encontros, com variação de 1 a 4 semanas.

De acordo com a Pedagogia da Alternância, os Tempos Universidade devem ser intercalados por Tempos Comunidade, em que a(o)s estudantes, sob a supervisão de professora(e)s, realizam atividades de pesquisa e intervenção no ambiente comunitário (ou profissional) relacionados ao curso.

Abaixo, segue um calendário ilustrativo da alternância entre os Tempos Universidade e Tempos Comunidade, ao longo dos três ciclos do curso.

**Tabela 3 - Calendário de alternância**

<b>1º CICLO</b>			
<b>JANEIRO</b>	<b>FEVEREIRO</b>	<b>MARÇO</b>	<b>ABRIL</b>
MATRÍCULA DE ESTUDANTES		TEMPO UNIVERSIDADE   MÓDULO 1	TEMPO COMUNIDADE
<b>MAIO</b>	<b>JUNHO</b>	<b>JULHO</b>	<b>AGOSTO</b>
TEMPO UNIVERSIDADE   MÓDULO 2	TEMPO COMUNIDADE	TEMPO UNIVERSIDADE   MÓDULO 3	TEMPO COMUNIDADE
<b>SETEMBRO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>	<b>DEZEMBRO</b>
TEMPO UNIVERSIDADE   MÓDULO 4		TEMPO COMUNIDADE	
<b>2º CICLO</b>			
<b>JANEIRO</b>	<b>FEVEREIRO</b>	<b>MARÇO</b>	<b>ABRIL</b>
TEMPO COMUNIDADE	TEMPO UNIVERSIDADE   MÓDULO 5		TEMPO COMUNIDADE
<b>MAIO</b>	<b>JUNHO</b>	<b>JULHO</b>	<b>AGOSTO</b>
TEMPO COMUNIDADE		TEMPO UNIVERSIDADE   MÓDULO 6	TEMPO COMUNIDADE
<b>SETEMBRO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>	<b>DEZEMBRO</b>
TEMPO COMUNIDADE	TEMPO UNIVERSIDADE   MÓDULO 7	TEMPO COMUNIDADE	TEMPO COMUNIDADE
<b>3º CICLO</b>			
<b>JANEIRO</b>	<b>FEVEREIRO</b>	<b>MARÇO</b>	
DEFESAS			

Como já mencionado, as disciplinas são distribuídas em 7 momentos presenciais, com variação de 1 a 4 semanas. Os períodos mais longos no calendário do curso são coincidentes com os meses de julho e fevereiro e março, conforme tabela acima - já que esses são meses em que a(o)s estudantes, que são também períodos em que profissionais ativa(o)s no mundo do trabalho têm melhores condições para negociar sua liberação para dedicarem-se às atividades acadêmicas de forma intensiva. Os períodos mais curtos, por sua vez, coincidem com os meses de maio, setembro e outubro. Assim, os módulos ímpares (1, 3 e 5) correspondem a momentos presenciais de média e longa duração (até 4 semanas) – com a exceção do módulo 7 -, enquanto os módulos pares (2, 4 e 6) correspondem a momentos presenciais de curta duração (2 semanas). Ressalta-se que a programação para os momentos presenciais constituir-se-á de horas dedicadas às aulas, mas também a sessões para a realização de estudos dirigidos e orientação acadêmica.

Os períodos de maior permanência da(o)s estudantes no ambiente acadêmico, por meio do estabelecimento de dois módulos com duração de 4 semanas, visa:

- a) Favorecer a imersão da(o)s estudantes no ambiente acadêmico e o usufruto de outros serviços, espaços e situações de aprendizagem oferecidos pela universidade (bibliotecas, laboratórios, seminários etc.);
- b) Incrementar as estratégias metodológicas para o desenvolvimento de habilidades de leitura, produção de texto, práticas de estudo e pesquisa, por meio de atividades extraclasse, no ambiente acadêmico;
- c) Incluir disciplinas/atividades de extensão para o desenvolvimento da práxis;
- d) Garantir sessões presenciais de orientação para a pesquisa e a elaboração dos trabalhos de conclusão do curso, nos ciclos finais do MESPT.

A seguir, uma tabela de consolidação da matriz curricular do MESPT, incluindo cadeias de vinculação (pré-requisitos).

**Tabela 4 - Consolidação da matriz curricular**

<b>Código</b>	<b>Disciplina</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Créditos</b>	<b>Pré-requisito</b>
338826	Seminário Integrador 1: Sustentabilidade	Obrigatória	02	
338834	Seminário Integrador 2: Territorialidades	Obrigatória	02	
338842	Seminário Integrador 2: Interculturalidade e Intercientificidade	Obrigatória	02	
338851	Fundamentos e Métodos de Pesquisa 1	Obrigatória	02	
341576	Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 1	Obrigatória	02	
339920	Fundamentos e Métodos de Pesquisa 2	Obrigatória	02	Fundamentos e Métodos de Pesquisa 1
341762	Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 2	Obrigatória	02	Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 1
341771	Gestão Ambiental e Territorial	Optativa	02	
342475	Cultura, Desenvolvimento e Sustentabilidade	Optativa	02	
342602	Dinâmicas dos Sistemas Produtivos Tradicionais	Optativa	02	
342793	Organização Social e Reciprocidade	Optativa	02	
342891	Conhecimento na Prática	Optativa	02	

342904	Práticas de Cuidado e Sustentabilidade	Optativa	02	
342912	Práticas Educativas em Contextos de Povos e Comunidades Tradicionais	Optativa	02	
342921	Epistemologias Comparadas	Optativa	02	
342955	Seminário Especial de Pesquisa 1	Optativa	02	
342963	Seminário Especial de Pesquisa 1	Optativa	02	
342939	Tópicos Especiais 1	Optativa	02	
342947	Tópicos Especiais 2	Optativa	02	

## 10. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

### 10.1 DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

#### SEMINÁRIO INTEGRADOR 1: SUSTENTABILIDADE

---

Visa oferecer um panorama sobre os debates (acadêmicos e políticos) relativos à sustentabilidade, estimular a reflexão crítica sobre o tema e a investigação/formulação de alternativas teórico-práticas baseadas nos sistemas de conhecimentos e distintas experiências históricas de povos e comunidades tradicionais. Para tanto a disciplina oferece um panorama sobre o debate acadêmico e político sobre desenvolvimento e sustentabilidade, ao longo da história do Ocidente, com ênfase sobre as perspectivas gestadas a partir de nações hegemônicas e seus espaços de articulação internacional na modernidade. Para fins heurísticos, serão contrastadas a essas perspectivas as proposições teórico-filosóficas chamadas por alguns autores como Epistemologias do Sul, a exemplo de Ubuntu e Buen Vivir (ou Sumak Kawsay), dentre outras.

#### BIBLIOGRAFIA

- BARTHOLO, R., BURSZTYN, M., LEONARDOS, O.H. Ciência e Ética para a sustentabilidade. In: MIRANDA, C. E. Rocha (ed.) **Transição para a Sustentabilidade Global**. Academia Brasileira de Ciências, 2000, pp. 315-323.
- CUNHA, Manuela Carneiro. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. Conferência realizada na Reunião da SBPC em Belém, Pará, em 12/7/2007 in **Revista USP**, São Paulo, n. 75, set/nov, 2007, pp. 76-84.
- DURAN, Luís Abraham Cayón Duran. Planos de vida e manejo do mundo: cosmopolítica do desenvolvimento na Amazônia Colombiana in **Série Antropologia**, v. 446, Brasília: DAN/UnB, 2014.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. Cultura "indígena" e sustentabilidade: alguns desafios in **Tellus**, ano 5, n. 8/9, abr/out, 2005, pp. 29-36.

- GUDYNAS, Eduardo. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo (separata Destques del Foro Social Mundial 2011) in **America Latina en movimiento**, ano XXXV, n. 462, feb. 2011.
- LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- LEFF, Enrique. Tiempo de sustentabilidad in **Ambiente & Sociedade**, ano 3, n. 6/7, 2000, pp. 5-13.
- LITTLE, Paul E.. **Conhecimentos tradicionais para o século XXI**: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 09-31.
- NASCIMENTO, Alexandre do. Ubuntu como fundamento in **UJIMA Revista de Estudos Culturais e Afrobrasileiros**. n. XX, ano XX, 2014.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico in **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2002, pp. 51-64.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX in **Ciência da Informação**, v. 21, n. 1, jan/abr, 1992, pp. 23-31.

## SEMINÁRIO INTEGRADOR 2: TERRITORIALIDADES

---

A disciplina trata de conceitos, noções e teorias que ajudam a compreender ‘terra’, ‘território’, ‘territorialidade(s)’ e direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas, camponeses e comunidades tradicionais no Brasil. O objetivo é estudar concepções de terra/território (inclusive noções que não operam na distinção ontológica entre natureza e cultura) e apreender as diversas interações que transformam o espaço em território, notadamente a partir da sua relação com as identidades socioculturais. A partir de direitos territoriais conquistados (positivados na Legislação) e ameaças a esses direitos, serão também abordados os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, assim como as diversas configurações possíveis do território (contínuo, multilocalizado, coletivo, etc.) que emergem entre povos indígenas, quilombolas, camponeses, comunidades tradicionais. Estes serão

abordados em diferentes circunstâncias e contextos históricos, analisando distintas apropriações e expressões de terras e territórios, incluindo instrumentos, mecanismos e formas de administração (estatal ou pública) de territórios no Brasil.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, pp. 9-45, 2010.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: EdUnB, pp. 27-44, 2011.

BARRETTO F<sup>o</sup>, H. T. & CORREIA, C. S. **Gestão ambiental e/ou territorial de/em Terras Indígenas: subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme a Portaria Interministerial n<sup>o</sup> 276/2008**. Brasília: MMA, 2009.

HAESBAERT, R. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 95-120, 2009.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília in **Série Antropologia** n<sup>o</sup> 322, 2002.

RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. e SOUZA, E. B. C. (orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 13-23, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. 2<sup>a</sup> edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

A disciplina propõe o exercício crítico das seguintes noções, conceitos e relações: diversidade e interculturalidade em educação, política e produção do conhecimento; interculturalidade como prática pedagógica e projeto político; racismo epistêmico, pluralismo epistêmico e justiça cognitiva; diálogo de saberes e intercientificidade; perspectivas críticas do conhecimento: estudos pós-coloniais, subalternos, decoloniais.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ALONSO, R. A. Hernández, ESCOBAR, Arturo (et. al). **Práticas outras de conhecimento(s)**: entre crisis, entre guerras. Tailler Editorial La Casa del Mago, 2018. Tomo I, II e III. Livro digital.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago, GROSGOUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

DIETZ, Gunther. **Multiculturalismo, Interculturalidad y Diversidad en Educacion**: una aproximación antropológica. Fondo de Cultura Económica, México, 2012.

MATO, Daniel (Org.). **Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina**: procesos de construcción. Logros, Innovaciones y Desafíos. Caracas: IESALC-UNESCO, 2009.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política in **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **A ciência**: deus ou diabo? São Paulo: UNESP, 2001.

SANTOS, Boaventura. **O fim do império cognitivo**: afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniais**: prácticas insurgentes de resistir (re)existir y reviver. Série Pensamento Decolonial. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine, MIGNOLO, Walter, LINERA, Álvaro García. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo. 2006.

## FUNDAMENTOS E MÉTODOS DE PESQUISA 1

---

A disciplina é dedicada a apresentar as diferentes formas de produzir conhecimento numa perspectiva teórica e prática. Almeja-se construir um entendimento sobre o que é epistemologia, enquanto “teoria do conhecimento”, a partir da ideia que existem pressupostos sociais e políticos por trás da produção de conhecimentos, com implicações na sociedade. Propõe uma compreensão da pesquisa como processo de interpretação da realidade e elemento mediador entre o legado do conhecimento acumulado nos ambientes acadêmico e comunitário. Buscar-se-á evidenciar as especificidades do processo de produção de conhecimentos considerados como científicos, numa perspectiva de diálogo de saberes. Abordará também os temas dos diálogos possíveis entre educação popular e universidade e da adequação sociotécnica no processo de produção de conhecimentos. Será trabalhada a sequência das etapas de uma pesquisa, desde a problematização, a coleta de dados, com ou sem intervenção, a fase de produção de resultados e de redação.

## BIBLIOGRAFIA

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação como cultura**. Campinas: Mercado da Letras, 2002.

BRANDÃO, C. R. O meio grito: um estudo sobre as condições, os direitos, o valor e o trabalho popular associados ao problema de saúde em Goiás. **Pesquisa Participante**, São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARNEIRO DA CUNHA, M. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico in **Revista da USP**, n. 75, p. 76-84, 2007.

DINIZ, D; MUNHOZ, A T M. (2011). Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica in **Argumentum**, 3 (3) v. 1, p.11-28.

- DIXON, B. **Para que serve a ciência?** São Paulo: Nacional, 1976.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 46ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, P. **Sistematização**. Série Educação Popular. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Editora Atlas, 2012.
- JAPIASSU, Hilton F. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- LITTLE, Paul E. **Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade**. São Paulo: Annablume, 2010.
- OLIVIER DE SARDAN, J.P. Pós-facio: o pesquisador e o cidadão, a ciência e a ideologia. Traduzido do original em francês: OLIVIER DE SARDAN, J.P. Postface: Le chercheur et le citoyen, la science et l'idéologie », **La rigueur du qualitatif. Les contraintes empiriques de l'interprétation socio-anthropologique**. Ed. Bruylant-Academia: Louvain-la-neuve, 2012, pp.325-329.
- SANTOS, Boaventura de Souza; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>, 2008, p. 44-59.
- SMITH, L. T. **Decolonizing methodologies. research and indigenous peoples**. Zed Books/Otago University Press, 1999.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

## NOVAS NARRATIVAS EM ESCRITA ACADÊMICA 1

---

Identificação dos parâmetros da escrita acadêmica enquanto gênero textual. Letramento acadêmico: estruturas, estilos e apresentação gráfica de textos acadêmicos diversos (resenhas, resumos e resumos expandidos, artigos, projeto de pesquisa e relatório de pesquisa/dissertação). Regras e orientações para a apresentação de texto acadêmico. Desenvolvimento de habilidades de revisão,

correção e reescrita das próprias produções. Autoria e processo criativo na produção de textos. Discussão e experimentação em torno de novas narrativas e insurgência comunicativa na Academia. Possibilidades e desafios para a comunicação de trabalhos de autoria coletiva e trabalhos colaborativos.

## **BIBLIOGRAFIA**

BERKIN, Sarah Corona e KALTMEIER, Olaf. **Em diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales**. Cidade do México: Editorial Gedisa, 2012.

BIGLIA, B. y BONET-MARTÍ, J. La construcción de narrativas como método de investigación psicosocial. Prácticas de escritura compartida in **Forum: Qualitative Social Research** 10(1), 2009, pp. 1-24.

BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya. Diário de campo. (Sempre) Um experimento etnográfico-literário?. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2007, pp. 9-40.

BONETTI, Alinne. (org.). Fragmentos de diários - estratégias narrativas, retóricas, éticas e políticas para se inscrever o fazer etnográfico. SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. (orgs.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2010, pp. 125-178.

BURSZTYN, Marcel *et al.* **Como escrever (e publicar) um trabalho científico: dicas para pesquisadores e jovens cientistas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DINIZ, Debora. "O encontro com o texto" e "O encontro com a escrita". **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres, 2012, pp. 51-80.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Como comunicar os pensamentos por escrito. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. "Desde o campo até o texto", "O vivido e o narrado: o que a escrita fixa?", "Segredos do escrever e o escrever dos segredos",

"Políticas das citações: outras academias, outros escritos", "Construindo textos, tecendo tradições". **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: USP, 2000, pp. 118-157.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

## FUNDAMENTOS E MÉTODOS DE PESQUISA 2

---

A disciplina aborda questões gerais da pesquisa junto a PCTs e discute métodos e técnicas, estabelecidos e novos. Aborda a relação ciência, pesquisa e aspectos éticos do trabalho de campo, dando ênfase à produção de novos conhecimentos teóricos e metodológicos, em resposta a desafios sociais. Aborda questões voltadas à métodos colaborativos e processos de construção coletiva do conhecimento, a partir de referenciais teóricos e compartilhamento de experiências em atividades de pesquisa junto a povos e comunidades tradicionais. Buscar-se-á estimular a reflexão do estudante sobre a exigência do rigor na pesquisa que, sob diferentes óticas, se expressa em todas as etapas da pesquisa: rigor ético; rigor metodológico, rigor empírico e rigor lógico. Almeja-se ainda apresentar diferentes técnicas e instrumentos possíveis para coleta de informação. Será inicialmente trabalhada a distinção entre as abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, e a possibilidade de compor estratégias mistas. Na sequência, serão apresentadas diferentes possibilidades de produção da informação, sempre buscando estimular a liberdade criativa do estudante.

### BIBLIOGRAFIA

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**.

Porto Alegre: ArtMed, 2010.

DE SOUZA, N. A. BORUCHOVITCH, E. Mapas conceituais: estratégia de ensino/aprendizagem e ferramenta avaliativa in **Educação em Revista** 26 (03): p.195-218. 2010.

DINIZ, D. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Editora Letras Livres, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Editora Atlas, 2012.

- LAVILLE, C; DIONNE, J. (1999). **A construção do saber: manual de metodologia em pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed.
- MACEDO, R.; GALEFFI, D.; PIMENTEL, A. **Um rigor outro**. Sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. Salvador: EDUFBA. 2009.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, Editora Atlas, 2010.
- MOROZ, M.; GIANFADOLNI, M. H. T. A. **O Processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano Editora. 109 p. 2002.
- OLIVIER DE SARDAN, J.P. La politique du terrain in **Enquête**, 1. 1995. Disponível em: <http://enquete.revues.org/263>.
- PIRSIG, Robert M. **Zen e a arte da manutenção de motocicletas**. WMF Martins Fontes, 2007.
- VELHO, G. *Observando o familiar*. Capítulo 2. Em NUNES, E. **A aventura sociológica**. Jorge Zahar. p.36 a 46. 1978.
- VOLPATO, G. **Guia prático para redação científica**. Best Writing: Boticatu, SP. 2015.

## NOVAS NARRATIVAS EM ESCRITA ACADÊMICA 2

---

Desenvolvimento de habilidades de revisão, correção e reescrita das próprias produções. Autoria e processo criativo na produção de textos. Discussão e experimentação em torno de novas narrativas e insurgência comunicativa na Academia. Possibilidades e desafios para a comunicação de trabalhos de autoria coletiva e trabalhos colaborativos.

### BIBLIOGRAFIA

- BERKIN, Sarah Corona e KALTMEIER, Olaf. **Em diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales**. Cidade do Mexico: Editorial Gedisa, 2012.
- BIGLIA, B. y BONET-MARTÍ, J. La construcción de narrativas como método de investigación psicosocial. Prácticas de escritura compartida in **Forum: Qualitative Social Research** 10(1), 2009, pp. 1-24.
- BONETTI, Alinne e FLEISCHER, Soraya. Diário de campo. (Sempre) Um experimento etnográfico-literário?. **Entre saias justas e jogos de cintura**. Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2007, pp. 9-40.

BONETTI, Alinne. (org.). Fragmentos de diários - estratégias narrativas, retóricas, éticas e políticas para se inscrever o fazer etnográfico. SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen; PETERS, Roberta. (orgs.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2010, pp. 125-178.

BURSZTYN, Marcel *et al.* **Como escrever (e publicar) um trabalho científico**: dicas para pesquisadores e jovens cientistas. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

DINIZ, Debora. "O encontro com o texto" e "O encontro com a escrita". **Carta de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2012, pp. 51-80.

LÉTOURNEAU, Jocelyn. Como comunicar os pensamentos por escrito. **Ferramentas para o pesquisador iniciante**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editora, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. "Desde o campo até o texto", "O vivido e o narrado: o que a escrita fixa?", "Segredos do escrever e o escrever dos segredos", "Políticas das citações: outras academias, outros escritos", "Construindo textos, tecendo tradições". **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: USP, 2000, pp. 118-157.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

## 10.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

### GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL

---

Emergência de uma agenda pública na convergência de lutas e conquistas em prol das identidades e territorialidades indígenas e tradicionais, em escalas local, regional, nacional, internacional, na interface dos temas da participação social, protagonismo, regularização fundiária, proteção territorial, conservação ambiental, etnodesenvolvimento, reconhecimento e identidades. Alguns conceitos importantes para o entendimento da temática gestão ambiental e territorial de terras tradicionais, tais como: gestão, território(s), meio(s) ambiente(s), áreas protegidas, unidades de

conservação, sistemas de uso comum, proteção, mosaicos, corredores ecológicos e etnoambientais, uso sustentável. Perspectivas sobre a governança ambiental e territorial: papel dos agentes (Estado, mercado comunidade) e articulações; gestão de base comunitária; autonomia territorial, consentimento livre prévio e informado, livre determinação e protagonismo. Instrumentos de gestão territorial (formalizados e não formalizados, antigos e emergentes, endógenos e exógenos), sua apropriação pelas populações e suas implicações para as organizações comunitárias: acordos coletivos; planos de manejo, de uso, de gestão, de vida, de etnodesenvolvimento; cartografias sociais, mapeamentos, zoneamentos; protocolos comunitários e de consulta; fundos financeiros; plataformas; termos de ajustamento de conduta etc. Licenciamento ambiental de grandes obras de infraestrutura. Sobreposição entre territórios sociais e unidades de conservação. Arcabouço jurídico: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), a extensão da proposta para populações quilombolas (PNGAT-Quilombola); Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Convenção 169 da OIT.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate.

Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS Jr., Emmanuel. A. (orgs.). **Povos e Comunidades Tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

ATAÍDE, M. S.; MARTINS, A. L. U. **A etnocartografia como ferramenta de gestão**. Brasília, 2005 (mimeo.).

BARRETTO FILHO, H. T. “Gestão Ambiental e Territorial: um panorama dos espaços territoriais especialmente protegidos no Brasil”. Em LITTLE, P. (org.). **Os Novos Desafios da Política Ambiental Brasileira**. Brasília: IEB Mil Folhas, 2014.

- BARRETTO FILHO, H. T. Os predicados do *desenvolvimento* e a noção de autoctonia. **Tellus**. v. 10, n. 6, pp. 11-21, 2006.
- BARRETTO FILHO, H. T.; CORREIA, C. S. **Gestão Ambiental e/ou Territorial de/em Terras Indígenas: subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme a Portaria Interministerial nº 276/2008**. Brasília: MMA, 2009.
- GARZÓN, B.; YAMADA, E.; OLIVEIRA, R. 2016. **Direito à consulta e consentimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**. Washington/São Paulo: DPLF/RCA. Disponível em: [http://www.dplf.org/sites/default/files/direito\\_a\\_consultaprevia\\_no\\_brasil\\_dplf-rca-3.pdf](http://www.dplf.org/sites/default/files/direito_a_consultaprevia_no_brasil_dplf-rca-3.pdf)
- GLASS, V.; MARÉS, C.; LIMA, L.; OLIVEIRA, R.; MOTOKI, C. (org.). 2019. **Consulta prévia e o direito à livre determinação**. Fundação Rosa Luxemburgo/CEPEDIS. Disponível em: <https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2019/05/protocolos-de-consulta-web.pdf>
- GODÓI, Emília P. **Terra, Território e Mudança Social entre Populações Rurais**. Presented at the 10th World Congress of Rural Sociology, IRSA, Rio de Janeiro, 30 jul/aug, 2000.
- LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Universidade de Brasília. **Série Antropologia** nº 322, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão: o cerco das Terras Indígenas e das Terras de Trabalho no renascimento político do campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.
- MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de Propriedade Comum em Florestas — somente uma relíquia do passado?. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (orgs.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB — USP, pp. 79-95, 2001.

- NITSCH, Manfred. Riscos do planejamento regional na Amazônia brasileira: observações relativas à lógica complexa do zoneamento. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da (orgs.), **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, pp. 501-512, 1994.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- SAUER, Sérgio; ALMEIDA, W. (eds.). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: EdUnB, 2011.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Espaços ambientais protegidos e unidades de conservação**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1993.
- SZTUTMAN, M. **Mapeamento Participativo das Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi, Oiapoque/AP**. Jornal Mensageiro-CIMI, 2006a.
- SZTUTMAN, M. **Etnomapeamento**: uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas. Brasília: CIMI, 2006b. (mimeo).
- TOTTI, M. E.; AZEVEDO, S. Gestão de recursos naturais de uso comum: peculiaridades e abordagens teóricas. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. v. 18 n. 3, jul/set, pp. 41-51, 2013.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. Images of nature and society in Amazonian Ethnology in **Annual Review of Anthropology**, n. 25, pp. 179-200. 1996.

#### CULTURA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

---

A disciplina tem como foco de análise e discussão das relações entre a ideia ocidental de “desenvolvimento” e a diversidade étnica e cultural. A partir da análise de situações empíricas, propõe-se uma reflexão antropológica sobre os conceitos de “desenvolvimento sustentável” e “etnodesenvolvimento”, relacionados com a ideia de “projeto” que orienta as políticas de desenvolvimento contemporâneas. Essa

análise possibilitará uma crítica à visão universalista e hegemônica do desenvolvimento para enfatizar a importância do reconhecimento da diversidade cultural e do respeito à autonomia dos movimentos etnopolíticos locais, princípios básicos para a implementação de qualquer projeto de etnodesenvolvimento.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALBERT, Bruce. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. In: **Povos indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

ÁVILA, Thiago. **“Não é do jeito que eles quer, é do jeito que nós quer”**. os Krahô e a **biodiversidade**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 2004.

BARROSO-HOFFMANN, M. (orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: ContraCapa/LACED, 2002.

BARTOLOMÉ, Miguel. Movimientos etnopolíticos y autonomías indígenas en México in **América Indígena**, v. 1, n. 2, pp. 361-382, 1995.

LITTLE, Paul E. Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: SOUZA LIMA, A. C. de; BARROSO-HOFFMAN, M. (org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**: bases para uma nova política indigenista. pp. 39-47, 2001.

LUCIANO, Gersem. **“Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”**. **Experiências dos povos indígenas do Alto Rio Negro**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, 2006.

PIMENTA, José. Desenvolvimento sustentável e povos indígenas: os paradoxos de um exemplo amazônico in **Anuário Antropológico 2002/2003**, Brasília: DAN/UnB, pp. 115-150, 2003.

PIMENTA, José. Parceiros de troca, parceiros de projetos: o ayompari e suas variações entre os Ashaninka do Alto Juruá. In: SMILJANIC, Maria Inês; Pimenta, José;

- BAINES, Stephen G. (orgs.). **Faces da Indianidade**. Nexus: Curitiba, pp. 101-126, 2009.
- RAMOS, Alcida Rita. Pueblos indígenas y el rechazo al Mercado. **Revista de Antropología Social**, 23, pp. 29-53, 2014.
- RIBEIRO, Gustavo. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. In: RIBEIRO, Gustavo; FAUSTO, Carlos; RIBEIRO, Lúcia. **Meio ambiente, desenvolvimento e reprodução: visões da ECO 92.**, Rio de Janeiro: ISER, pp. 5-36, 1992.
- SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Parte I) in **Mana**, v. 3, n. 1, pp. 41-73, 1997a.
- SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Parte II) in **Mana**, v. 3, n. 2, pp. 103-150, 1997b.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico** 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 13-56, 1985.

#### DINÂMICAS DOS SISTEMAS PRODUTIVOS TRADICIONAIS

---

A disciplina pretende promover uma reflexão coletiva sobre a diversidade e as transformações das formas de produzir nos territórios tradicionais, a partir de duas abordagens diferentes e complementares: a abordagem sistêmica e a abordagem processual. Por um lado, propõe-se explorar as transformações das práticas e paisagens produtivas nos territórios ao longo das histórias agrárias. Por outro lado, promover uma aproximação aos estudos das ciências e das técnicas, apresentando aportes conceituais e metodológicos para pesquisas sobre práticas de conhecimento relacionadas à fabricação de artefatos, ao cultivo de plantas, à caça-criação de animais e ao manejo de ambientes.

#### BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, E. M. 'Os Fechos "Fechos de Pasto", terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado.' Juazeiro: Irpaa, 2012. Disponível em: <http://www.irpaa.org/publicacoes/artigos/artigo-fecho-de-pasto-eldo-barreto-75di.pdf>
- BRONDIZIO, E. S. Intensificação agrícola, identidade econômica, e invisibilidade de pequenos produtores Amazônicos: caboclos e colonos em uma perspectiva comparada. In: Adams, R. S. S. Murrieta and W. A. Neves. **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. C. São Paulo: Annablume. 2006, pp. 135-236.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos avançados**. n. 13, 1999, pp. 147-163.
- CARNEY, J., MARIN, R.A. Aportes dos escravos na história do cultivo do arroz africano nas Américas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1999, pp. 113-133.
- EMPERAIRE, L. La patrimonialización de un sistema agrícola en la Amazonia Brasileña. **Primer Encuentro Nacional de Patrimonio Vivo, Ministerio de la Cultura 12-13 de agosto**. Buenos Aires, 2015.
- EMPERAIRE, L.; ELOY, L. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil)? **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, 3 (2), 2008, pp. 195-211.
- ESTORNILO, Milena. Manejo de quê? Algumas equívocas em projetos de manejo na Amazônia Avá. **Revista de Antropología**, Argentina: Universidad Nacional de Misiones, n. 19, 2011, pp. 165-196.
- MAZOYER, M. ROUDARD, L. **História das agriculturas no mundo - do Neolítico à crise contemporânea**. Unesp Editora, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/lovois-de-andrade-miguel-1/mazoyer-m-roudart-l-historia-das-agriculturas-no-mundo-do-neolitico-a-crise-contemporanea-brasilia-nead-mda-sao-paulo-editora-unesp-2010-568-p-ii>

MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2003 [1925], pp 401-22.

MELO, M.M. e SAITO, C.H. Regime de queima das caçadas com uso do fogo realizadas pelos Xavante no Cerrado. **Revista Biodiversidade Brasileira**, 2011, pp. 97-109.

MISTRY, J. & BIZERRIL, M. Por que é importante entender as inter-relações entre pessoas, fogo e áreas protegidas? **Revista Biodiversidade Brasileira**, v. 2, 2011, pp. 40-49.

NOGUEIRA, M., & FLEISCHER, S. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 13, n. 1, 2005, pp. 125-157.

OLIVEIRA, A. Conhecimentos para a política. **Revista de Antropologia**, n. 62, v. 3, 2019, pp. 679-709. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165229>.

POSEY D.A. Manejo da floresta secundária, capoeiras e campos cerrados (Kayapos). In: Ribeiro B.G. (ed.) **Suma Etnológica Brasileira**, v. 1 Etnobiologia. Belém: UFPA, 1997.

ROBERT, P. D., C. LÓPEZ GARCÉS, A.-E. LAQUES; M. COELHO-FERREIRA. A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, n. 7, 2012, pp. 339-369.

SILVA, F, A. **As tecnologias e seus significados**. Canindé, Xingó, n. 2, 2002.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. Dessas galinhas brancas, de granja - Ciência, técnica e conhecimento local nos equívocos da criação de animais entre os Karitiana (RO). **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 3, n. 1, 2015, pp. 11-34.

#### ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RECIPROCIDADE

---

A disciplina oferecerá uma introdução teórica e metodológica à análise da organização social e das relações de reciprocidade, a partir das práticas das comunidades tradicionais, principalmente no Brasil ou com olhares cruzados em outros países. A

primeira parte considera referências e elementos de estudos e de análise das principais formas de organização social entre os povos e comunidades tradicionais, assim como das suas evoluções. Tratará em particular das unidades sociais: família, comunidade e da sua expressão territorial e política. Uma atenção será dada também as formas de organização social próprias aos movimentos sociais do campo: associação, cooperativa, sindicato, etc. A segunda parte é dedicada às práticas e relações de reciprocidade, em particular à evolução da sua expressão nas comunidades tradicionais rurais do Brasil. Além das principais formas e estruturas de reciprocidade, o curso examinará de maneira particular as práticas de ajuda mútua, de manejo de recursos comuns e de transmissão de saber e de patrimônio. Essa parte será concluída por considerações sobre as formas de alienação ligadas às relações de reciprocidade: dominação, vingança e clientelismo, entre outros.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANSPACH, Mark R. **Anatomia da vingança**: figuras elementares da reciprocidade. São Paulo: É Realizações Editora, 2012.

GARCIA JUNIOR, A. **O Sul**: caminho do roçado. Brasília: Marco Zero; UnB; CNPq–MCT, 1990.

GEFFRAY, C. **A opressão paternalista**: cordialidade e brutalidade no cotidiano brasileiro. Rio de Janeiro: Educam Editora Universitária Candido Mendes, 2007.

GODOI E. P.; MENEZES, M. A.; ACEVEDO M. R. (orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: Unesp Editora; NEAD, v. 02, 2009.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Série Antropologia, 2010.

MARTINS Paulo Henrique (org.), **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARTINS P. H.; CAMPOS R. B, (orgs.) **Polifonia do dom**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

MARTINS P H. & NUNES B F (org.) **A nova ordem social**: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

MAUSS, Marcel, Ensaio Sobre a Dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

POLANYI Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

POLANYI Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 13, n. 27, mai/ago, 2011, pp. 24-51.

SABOURIN, Eric **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

#### CONHECIMENTO NA PRÁTICA

---

A disciplina aborda as relações entre “sociedades” e “ambientes” com foco no domínio das práticas. Partindo da compreensão de que o conhecimento não é codificado em conjuntos de preceitos abstratos, pois se realiza em contextos de atividade, o curso oferecerá uma aproximação aos estudos das ciências e das técnicas apresentando aportes conceituais e metodológicos para pesquisas sobre práticas de conhecimento relacionadas à fabricação de artefatos, ao cultivo de plantas, à criação de animais e ao manejo de ambientes. O eixo transversal do curso é o debate sobre modos de vida, educação sensorial e processos de aprendizagem, habilidades e transformações técnicas contemporâneas. A primeira parte da disciplina é dedicada ao campo da tecnologia – compreendido como estudos sobre as técnicas. A segunda trata das conexões entre os chamados conhecimentos ecológicos tradicionais TEK (Traditional Ecological Knowledge) com a tecnociência moderna e com o Estado.

#### BIBLIOGRAFIA

BLASER, Mário. La ontología política de un programa de caza sustentable. 2009. The Threat of the Yrmo: The Political Ontology of a Sustainable Hunting Program.

- American Anthropologist**, v. 111, n. 1. Chicago: American Anthropological Association 1, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática In: ORTIZ, Renato Org. **Pierre Bourdieu Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- ESTORNILO, Milena. Manejo de quê? Algumas equivocções em projetos de manejo na Amazônia Avá. **Revista de Antropología**, n. 19, Argentina: Universidad Nacional de Misiones, 2011, pp. 165-196.
- INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, jan./abr. 2010, pp. 6-25.
- INGOLD, Tim. Nomear como contar histórias: falando de animais entre os Koyukon do Alasca, In: **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**, Petrópolis: Vozes, 2015.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, jan./jun. 2012, pp. 25-44.
- MAUSS, Marcel. As Técnicas do Corpo. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2003 [1925], pp 401-22.
- MELO, M.M.. e SAITO, C.H. Regime de queima das caçadas com uso do fogo realizadas pelos Xavante no Cerrado. **Revista Biodiversidade Brasileira**, 2011, pp. 97-109.
- SAUTCHUK, C, E. Ciência e técnica. In: **Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia** - São Paulo: ANPOCS, 2010.
- SILVA, F, A. **As tecnologias e seus significados**. Canindé, Xingó, n. 2, dezembro, 2002

#### PRÁTICAS DE CUIDADO E SUSTENTABILIDADE

---

Esta disciplina propõe uma reflexão sobre práticas de cuidado em um sentido holista, produzidas por coletivos que vinculem corporalidades, saberes e práticas em interação com políticas públicas de saúde e intervenções em seus territórios e corpos. Pretende discutir a produção de cuidado por determinados coletivos, que acionam estratégias/tecnologias de autocuidado com o corpo em seus ciclos de vida e com seu

território. Nesse sentido, discutirá problemáticas que abordem o conceito de sustentabilidade, ancorado na ideia de produção de conhecimentos e técnicas que vivificam uma ocupação territorial e de manejo sustentável.

## **BIBLIOGRAFIA**

AUGUSTO, L.G.S.; CÂMARA V.M., CARNEIRO F. F., CÂNCIO J; GOUVEIA N., Saúde e ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – ABRASCO. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. n. 6, 2003, pp. 87-94.

CERQUEIRA, Monique. Pobreza, periferia e diversidade cultural: desafios da saúde.” **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 12, n. 2, ago, 2010.

DE CERTAU, M. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis: Vozes; 1996.

FLEISCHER, S. SAUTCHUK, C. **Anatomias populares: a antropologia médica de Martín Alberto Ibanéz-Novión**. Brasília, EDU, 2012.

LANGDON, Jean; WIJK, Flávio. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 18, n. 03, mai/jun, 2010.

LOYOLA, MA. **Médicos e curandeiros: conflito social e saúde**. Rio de Janeiro: Difel, 1983.

MACCALLUM, C. Alteridade e sociabilidade Kaxinauá: perspectiva de uma antropologia da vida diária [Internet]. In: **Seminário Temático Horizontes da Etnologia Indígena: cosmologias e formas de sociabilidade na América do Sul**; 1998; Caxambu, Minas Gerais: XXI Encontro Anual da Anpocs, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38cecilia.pdf>

MOTA, Francisco S. B. Conhecimentos para promoção do saneamento, saúde e ambiente. In: PHILLIPI JR., Arlindo (ed.). **Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para o desenvolvimento sustentável**, Editora Manole, 2005, pp. 809-832.

OLINDA, Luiz; KAYANO, Jorge. Saúde e direitos: princípios para a ação. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 12, n. 2, ago, 2010.

SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social: trajetória da saúde pública**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

#### PROCESSOS EDUCATIVOS NO CONTEXTO DE POVOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

---

A disciplina parte de uma compreensão de educação que extrapola os limites convencionais de análise restrita à escolarização, problematizando as concepções de processos educativos experimentados em contextos comunitários tradicionais (indígenas, quilombolas, terreiros, extrativistas, assentados, ribeirinhos, ciganos etc.). Pensados como alternativas paradigmáticas às concepções de educação tornadas hegemônicas, esses processos estimulam a construção de práticas diferenciadas, contextuais e adequadas às especificidades de cada situação histórica. Teoricamente, enfatiza-se nesse debate as possibilidades apresentadas por uma perspectiva afrocentrada orientada pela filosofia ubuntu, as práticas de indigenização dos currículos escolares de escolas indígenas (a exemplo dos calendários socioeducativos e da etnomatemática) e as pedagogias quilombolas inspiradas nos processos educativos griô. Tais reflexões sinalizam caminhos para a construção de processos educativos de engajamento político, por meio do fortalecimento de conhecimentos tradicionais e da apropriação de novas linguagens, como o audiovisual e as redes sociais, junto às comunidades.

#### BIBLIOGRAFIA

BERNART, Isaac. **Encontros com o griô Sotigui Kouyaté**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados** – mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

- NGOENHA, Severino E.; CASTIANO, José P. **Pensamento engajado**: ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política. Maputo: Educar, 2011.
- PACHECO, Líllian M. O. **Pedagogia Griô**: a reinvenção da roda da vida. Lençóis: Grãos de Luz e Griô, 2006.
- RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

#### EPISTEMOLOGIAS COMPARADAS

---

A disciplina propõe uma reflexão sobre a diversidade de regimes, práticas, narrativas ou teorias de conhecimento observáveis entre diferentes coletividades humanas. Propõe como eixos desta reflexão: (a) o acompanhamento dos efeitos que a crítica da centralidade da dicotomia natureza/cultura - dicotomia típica das tradições de conhecimento de matriz europeia -, tem produzido no debate sobre os chamados “conhecimentos tradicionais”, e de modo geral sobre o problema da intercientificidade ou da troca de saberes; (b) o estudo e a análise de narrativas e práticas contra-hegemônicas, no campo acadêmico e dos movimentos sociais, com especial atenção à noção de *interseccionalidades*, conforme formulada pelo feminismo negro, e às narrativas orais, em alinhamento com a crítica à cultura grafocêntrica; (c) a discussão sobre a potencialidade da produção de conhecimento a partir de contextos comunitários, em uma perspectiva compreensiva sobre o pluralismo epistêmico contextual e as alianças interétnicas, como são operados na construção de redes de saberes articulados no cotidiano das comunidades. Tendo em vista estes eixos de reflexão, o debate e a bibliografia da disciplina abrangem: (a) a produção intelectual de mulheres negras e indígenas de diferentes lugares do Brasil, em interlocução com a produção latino-americana, africana, e de pensadoras negras norte-americanas; (b) as perspectivas de produção de conhecimento que levam em conta contextos coloniais e marcadores que atribuem lugares sociais aos sujeitos,

atentas à preocupação em subverter situações de desigualdade social; (c) as narrativas orais, de povos e comunidades tradicionais e também aquelas advindas dos movimentos sociais.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Guerras culturais e relativismo cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 14, n. 41, 1999, pp. 5-14.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Relativismo antropológico e objetividade etnográfica. **Campos**, n. 3, 2003, pp. 9-29.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânico da economia política da natureza. **Série Antropologia**, Brasília: DAN/UnB, 1995.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, jan, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>.

CABALZAR, Aloisio (ed.). **Manejo do mundo**: conhecimentos e práticas dos povos indígenas do Rio Negro. São Paulo; São Gabriel da Cachoeira: ISA; FOIRN, 2010.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Pontos de vista sobre a Floresta Amazônica: xamanismo e tradução. **Mana**, v. 4, n. 1, 1998, pp. 7-22.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009, pp. 311-373.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 1, 2012.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer el feminismo. **Conferencia presentada en Durban**, 2002. Disponível em: [http://www.penelopes.org/Espagnol/xarticle.php3?id\\_article=24](http://www.penelopes.org/Espagnol/xarticle.php3?id_article=24).

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

- COELHO DE SOUZA, Marcela. A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial. **Anuário Antropológico**, Brasília: DAN/UnB, 2010, pp. 149-174.
- COELHO DE SOUZA, Marcela. Conhecimento indígena e seus conhecedores: uma ciência duas vezes concreta. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, P. (eds.), **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp. 195-218, 2014.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Estado e Sociedade**, v. 31, n.1, 2016.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. Donos, detentores e usuários da arte gráfica kusiwa. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 1, 2012.
- HOOKS, bell. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista, **Otras inapropiables**. Feminismos desde las fronteras. Traficantes de sueños: Madrid, 2010.
- KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, A. (ed.), **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 201-204.
- KRENAK, Ailton. **Encontros Ailton Krenak**. São Paulo: Azougue, 2015.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- OVERING, Joanna. O fétido odor da morte e os aromas da vida: poética dos saberes e processo sensorial entre os Piaroa da Bacia do Orinoco. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 1, 2006, pp. 19-54.
- OYÈWUMÍ, Oyèrónké. Conceitualizando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. CODESRIA Gender Series. v. 1, Dakar, 2004.
- PAREDES, J. El feminismocomunitario: la creación de um pensamiento próprio. **Corpus**: archivos virtuales de la alteridad americana, v. 7, n. 1, ene/jun, 2017.
- WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

#### SEMINÁRIO DE PESQUISA 1

---

Formação de habilidades e competências para a elaboração de projeto de pesquisa

implicada e relevante no campo da sustentabilidade junto a povos e territórios tradicionais. Visa discutir e orientar o(a)s estudantes na construção e desenvolvimento da projeto de pesquisa, por meio de: (i) apresentação e discussão dos projetos em seminário; (ii) indicação de leituras teóricas e metodológicas; (iii) discussão e revisão dos problemas de pesquisa; (iv) recomendação de instrumentos de coleta e análise dos dados, de acordo com as necessidades de cada estudante e projeto.

## **BIBLIOGRAFIA**

BASTOS, Lília da Rocha, PAIXÃO, Lyra, FERNANDES, Lucia Monteiro. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações**. 3a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: ArtMed, 2010.

DINIZ, Débora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Editora Letras Livres, 2012.

ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

GIL, Antonio Carlos, **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Editora Atlas, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria, **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, Editora Atlas, 2010.

PIRSIG, Robert M. **Zen e a arte da manutenção de motocicletas**. WMF Martins Fontes, 2007.

## **SEMINÁRIO DE PESQUISA 2**

---

Formação de habilidades e competências para a elaboração de dissertação e a comunicação dos resultados preliminares de pesquisa implicada e relevante no campo da sustentabilidade junto a povos e territórios tradicionais, sob a supervisão de professor(a)-orientador(a). Visa discutir e orientar a(o)s estudantes no tratamento e

interpretação dos dados de pesquisa, bem como na elaboração do texto acadêmico e/ou de outros produtos para fins de comunicação de resultados e conclusão do curso.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BASTOS, Lília da Rocha, PAIXÃO, Lyra, FERNANDES, Lucia Monteiro. **Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses e dissertações**. 3a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ECO, Umberto. **As formas do conteúdo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

#### **TÓPICOS ESPECIAIS 1**

---

A disciplina Tópicos Especiais 1 é aqui proposta como possibilidade de aprofundamento de recortes teóricos, temáticos, espaciais, temporais e/ou étnicos relacionados à Linha de Pesquisa Territorialidades e Sistemas Agroalimentares Tradicionais. Assim, serão definidos em conformidade às necessidades e interesses da(o)s professora(s) e estudantes, tendo as ementas discutidas e aprovadas pela Comissão de Pós-Graduação (CPG) do Programa. Tópico Especial poderá também ser uma disciplina que oportunize a interlocução com professora(s) visitantes, sendo assim modelada de acordo com a expertise de quem a ministre. Desse modo, apenas a título de referência, segue ementa abaixo:

Estudos avançados sobre Territorialidades e Sistemas Agroalimentares Tradicionais e suas interfaces com a sustentabilidade no Brasil e/ou em outros em outros países.

#### **BIBLIOGRAFIA**

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. ACSELRAD, H. (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010, pp. 9-45.

BARTHOLO, R., BURSZTYN, M., LEONARDOS, O.H. Ciência e Ética para a sustentabilidade. In: MIRANDA, C. E. Rocha (ed.) **Transição para a Sustentabilidade Global**. Academia Brasileira de Ciências, 2000, pp. 315-323.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

## TÓPICOS ESPECIAIS 2

---

A disciplina Tópicos Especiais 2 é aqui proposta como possibilidade de aprofundamento de recortes teóricos, temáticos, espaciais, temporais e/ou étnicos relacionados à Linha de Pesquisa Epistemologias, Sustentabilidade e Práticas Interculturais. Assim, serão definidos em conformidade às necessidades e interesses da(o)s professora(s) e estudantes, tendo as ementas discutidas e aprovadas pela Comissão de Pós-Graduação (CPG) do Programa. Tópico Especial poderá também ser uma disciplina que oportunize a interlocução com professora(s) visitantes, sendo assim modelada de acordo com a expertise de quem a ministre. Desse modo, apenas a título de referência, segue ementa abaixo:

Estudos avançados sobre Epistemologias, Sustentabilidade e Práticas Interculturais e interfaces com povos e territórios tradicionais no Brasil e/ou em outros em outros países.

### BIBLIOGRAFIA

BARTHOLO, R., BURSZTYN, M., LEONARDOS, O.H. Ciência e Ética para a sustentabilidade. In: MIRANDA, C. E. Rocha (ed.) **Transição para a Sustentabilidade Global**. Academia Brasileira de Ciências, 2000, pp. 315-323.

LACEY, Hugh. Pluralismo metodológico, incomensurabilidade e o *status* científico do conhecimento tradicional. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 10, n. 3, 2012, pp. 425-453.

LACEY, Hugh, MARICONDA, Pablo Rubén. O modelo da interação entre as atividades científicas e os valores na interpretação das práticas científicas contemporâneas. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 82, 2014, pp. 181-199.

LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

PESSIS-PASTERNAK, Guitta. **A ciência:** deus ou diabo? São Paulo: Unesp, 2001.

SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Parte I) in **Mana**, v. 3, n. 1, 1997, pp. 41-73.

SAHLINS, Marshall. O 'pessimismo sentimental' a experiência etnográfica: Por que a cultura não é um 'objeto' em via de extinção (Parte II) in **Mana**, v. 3, n. 2, 1997, pp. 103-150.

SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura. **Conocer desde el Sur:** para uma cultura política emancipatória. Lima: UNMSM, 2006.

## 11. TITULAÇÃO E PERFIL DA(O) EGRESSO

### 11.1 TITULAÇÃO

Uma vez que a(o) estudante tenha cumprido os créditos exigidos do curso, deverá apresentar, perante uma Comissão Examinadora, o seu trabalho de conclusão de curso. Sendo o MESPT um mestrado profissional, é dado à(ao) estudante a opção de finalizar o curso com a elaboração de uma dissertação ou produto (peças audiovisuais, metodologias, material didático ou outros), conforme a Portaria Normativa da CAPES nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Em ambos os casos, espera-se que os trabalhos de conclusão:

- a) sejam articulados à atuação da(o) estudante junto à sua comunidade de origem ou organização de vínculo profissional;
- b) contemplem elementos descritivos e analíticos sobre a experiência de pesquisa/intervenção da(o) estudante, comunicando de maneira clara qual foi o aporte que oferece em benefício da sustentabilidade de povos e territórios tradicionais.

Dando continuidade a inovações gestadas ao longo da primeira edição do MESPT e à exemplo das Comissões de Seleção para o preenchimento de vagas do curso (tópico 7.1 desta proposta), propõe-se que as Comissões Examinadoras dos trabalhos de conclusão de curso contem também com a presença de examinadora(e)s indígenas, quilombolas ou sujeitos provenientes de comunidades tradicionais na condição de convidada(o)s especiais - sejam essa(e)s intelectuais ou lideranças com notável trajetória pública. Ou seja, além dos examinadora(e)s interna(o)s e externa(o)s (vinculada(o)s ao ambiente acadêmico ou similar, conforme normativas da pós-graduação), integrarão as comissões outros sujeitos para fins de exame do trabalho de conclusão de curso, em consonância com diretrizes de governança do PPG-PCTs e o princípio político-epistemológico do diálogo de saberes.

#### 11.2 PERFIL DO EGRESSO

A(o) egresso do processo formativo proposto pelo MESPT deve, ao final do curso, ter desenvolvido diversas competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores, dos quais destacam-se: reflexividade, visão crítica da realidade e autonomia para a continuidade de sua auto-aprendizagem; habilidades para a mediação e promoção do diálogo entre atores sociais diversos; conhecimentos e habilidades para a seleção e combinação de conteúdos que qualifiquem a sua ação no mundo; compromisso ético-político com a transformação, a sustentabilidade e a interculturalidade.

A(o) egressa(o) do MESPT, ao final do curso, terá ainda um perfil interdisciplinar de forma a estar preparado para atuar na geração de conhecimento pertinente, na promoção do diálogo intercultural e no desenvolvimento colaborativo de projetos, metodologias e/ou tecnologias sociais para a sustentabilidade de povos e territórios tradicionais.

O Mestre Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais poderá assim atuar em entidades públicas das três esferas do poder executivo (federal, estadual e municipal); no poder legislativo, com prestação de assessoramento parlamentar; junto a instituições privadas; movimentos sociais e entidades não-governamentais, sejam essas de assessoria ou de base comunitária.

Poderá também responder a demandas de ensino, pesquisa e treinamento em instituições públicas e privadas.

Abaixo, seguem detalhadas as competências, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que configuram o perfil da(o) egresso do MESPT.

**Competências (i. e. capacidades adquiridas):**

- a) Analisar e avaliar criticamente processos e interações socioculturais, tendo em perspectiva a importância da sociobiodiversidade e dos processos de autogestão (quando não, de participação social) para a sustentabilidade de povos e territórios tradicionais;
- b) Gerar conhecimento pertinente e em bases colaborativas para a transição para a interculturalidade e a sustentabilidade;
- c) Analisar, desenhar e materializar políticas e programas de intervenção social para a interculturalidade e a sustentabilidade, com um enfoque de governança participativa;
- d) Participar em processos sociais que visem a transição para sociedades mais justas, sustentáveis e abertas à diversidade identitária e cultural.

**Conhecimentos:**

- a) Conceitos de interculturalidade e de sustentabilidade em suas dimensões: ambiental, social, cultural, epistêmica, econômica e política;
- b) Tensões e debates em torno dos processos interculturais, das dinâmicas culturais, identitárias e territoriais;
- c) Distinções e interações entre conhecimentos científicos e tradicionais, intercientificidade e diálogo de saberes;
- d) A governança em suas dimensões de participação, (auto)gestão, diálogo e negociação, direitos e políticas públicas.

**Habilidades para:**

- a) Mediação entre distintos códigos culturais, entre diferentes disciplinas, e entre distintos tipos de atores sociais;

- b) Intervenção participativa e dialógica em processos socioambientais e político-culturais;
- c) Gestão de iniciativas de governança participativa, orientadas pelas perspectivas da sustentabilidade, da interculturalidade e da autonomia de povos e comunidades tradicionais;
- d) Comunicação, aplicação e difusão de conhecimento pertinente e gerado com base no diálogo de saberes.

**Atitudes:**

- a) Visão crítica frente às desigualdades sociais, às situações de injustiça social, ambiental e epistemológica;
- b) Respeito e valorização da sociobiodiversidade;
- c) Defesa do patrimônio (material e imaterial) e dos direitos sociais, coletivos e difusos de povos e comunidades tradicionais;
- d) Combate a todas as formas de discriminação racial, étnica e de gênero;
- e) Compromisso ético-político com a transição para a sustentabilidade e o exercício da interculturalidade;
- f) Abertura para a alteridade e o diálogo (intercultural e inter-ator);
- g) Disposição para a gestão das tensões interpessoais e intergrupais;
- h) Proatividade para a construção de iniciativas visando a transição para a interculturalidade e a sustentabilidade;
- i) Reflexividade quanto à própria intervenção;
- j) Compromisso com a repartição de benefícios de pesquisas junto a povos e comunidades tradicionais implicados;
- k) Autonomia e compromisso com a continuidade de sua aprendizagem.

**Valores:**

- a) Justiça social, ambiental e epistemológica;
- b) Equidade e solidariedade social e interétnica;

- c) Autonomia;
- d) Democracia e participação social, com base em uma perspectiva crítica.

## 12. EQUIPE DOCENTE

### 12.1 PROFESSORA(E)S PERMANENTES

De acordo com a Portaria n. 174, de 30 de dezembro de 2014, da CAPES, a(o)s professora(e)s permanentes constituem o núcleo principal do PPG-PCTs, estando comprometida(o)s com atividades de ensino, pesquisa e orientação no âmbito do Programa.

**Alessandro Roberto de Oliveira** | Doutor em Antropologia Social (2012) e professor adjunto da Faculdade de Educação (FE), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/6777790842953400>>.

**Ana Tereza Reis da Silva** | Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (2007) e professora adjunta da Faculdade de Educação (FE), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/1290786927670370>>.

**Anelise Rizzolo de Oliveira** | Doutora em Política Social (2009) e professora adjunta do Departamento de Nutrição, da Faculdade de Saúde (FS), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/2231270492457558>>.

**Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos** | Doutor em Antropologia Social (2010) e professor adjunto do Departamento de Antropologia (DAN), do Instituto de Ciências Sociais (ICS), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/3401359819363735>>.

**Cristiane de Assis Portela** | Doutora em História Social (2011) e professora do Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas (IH), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/3784712778116925>>.

**Henyo Trindade Barretto Filho** | Doutor em Antropologia Social (2001) e professor do Departamento de Antropologia (DAN), do Instituto de Ciências Sociais (ICS), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/5380440486115207>>.

**Janaína Deane de Abreu Sá Diniz** | Doutora em Desenvolvimento Sustentável (2008) e professora adjunta da FUP, UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/3892023307408045>>.

**José Antonio Vieira Pimenta** | Doutor em Antropologia Social (2002) e professor adjunto do Departamento de Antropologia Social (DAN), do Instituto de Ciências Sociais (ICS), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/0854801305953601>>.

**Juliana Rochet Wirth Chaibub** | Doutora em Política Social (2009) e professora adjunta da Faculdade UnB Planaltina (FUP), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/5177028895277181>>.

**Marcela Stockler Coelho de Souza** | Doutora em Antropologia Social (2002) e professora adjunta do Departamento de Antropologia Social (DAN), do Instituto de Ciências Sociais (ICS), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/0405000888325357>>.

**Mônica Celeida Rabelo Nogueira** | Doutora em Antropologia Social (2009) e professora adjunta da Faculdade UnB Planaltina (FUP), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/6825916756980912>>

**Stéphanie Nasuti** | Doutora em Geografia, Planejamento e Urbanismo (2010) e professora adjunta do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/7149183189202469>>.

## 12.2 PROFESSORA(E)S COLABORADORA(E)S

**Sérgio Sauer** | Doutor em Sociologia (2002) e professor adjunto da Faculdade UnB Planaltina (FUP), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/2783679231462590>>.

**Sílvia Guimarães** | Doutora em Antropologia Social (2005) e professora adjunta, do Departamento de Antropologia Social (DAN), do Instituto de Ciências Sociais (ICS), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/0099860141022736>>.

**Wanderson Flor do Nascimento** | Doutor em Bioética (2010) e professora do Departamento de Filosofia, do Instituto de Ciências Humanas (IH), UnB. Currículo Lattes <<http://lattes.cnpq.br/8919296655781448>>.

### 12.3 PROFESSORA VISITANTE

**Ludivine Eloy Costa Pereira** | Doutora em Etudes des Sociétés Latino Américaines (2005), pesquisadora do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), da França. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0040545280066912>>.

### 13. GESTÃO ACADÊMICA E AVALIAÇÃO

A gestão acadêmica do PPG-PCTs conta com três instâncias, a saber o Colegiado (Col-PCTs), a Comissão de Pós-Graduação (CPG) e a Coordenação, cujas composições e atribuições encontram-se descritas no Regulamento do PPG-PCTs, no Anexo 1.

A consolidação e contínua atualização do Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPPC) é uma atribuição da Comissão de Pós-Graduação (CPG) em diálogo permanente com o Col-PCTs. Desse modo, cabe à CPG formular, propor e auxiliar na implementação de:

- a) Mecanismos de monitoramento e avaliação (M&A) do curso a serem estabelecidos, incluindo a definição de critérios/indicadores, a periodicidade das atividades a serem realizadas para esse fim etc.;
- b) Mecanismos de monitoramento das turmas e egressa(o)s, bem como a sua integração às turmas vindouras, na condição de colaboradora(e)s.

O sistema de M&A deve adotar uma abordagem 360 graus, ou seja, que considere múltiplas fontes de avaliação: entre professora(e)s, estudantes, egressa(o)s e aliada(o)s. Por fim, e tendo em vista também os fundamentos teóricos e metodológicos do MESPT, a CPG e o Col-PCTs podem, em momentos diversos de sua gestão acadêmica - especialmente nos processos de monitoramento e avaliação -, requerer a participação, em caráter consultivo, de especialistas e atores sociais de interesse.

### 14. INFRAESTRUTURA

Para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, o MESPT conta com os espaços físicos, mobiliário e equipamentos das 4 (quatro) unidades que integram o PPG-PCTs, nos campi Darcy Ribeiro e Planaltina.

A fim de acolher a(o)s estudantes (indígenas, quilombolas e aquela(e)s provenientes de outras comunidades tradicionais), durante o Tempo Universidade, o curso também poderá eventualmente contar com vagas nos apartamentos de trânsito na Colina, campus Darcy Ribeiro, e/ou no alojamento de estudantes do campus de Planaltina. A integração entre os campi realizar-se-á por meio do Intercampi, sistema de transporte mantido pela UnB para o trânsito entre os campi de Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama.

A(o)s estudantes e professora(e)s do MESPT contam ainda com a infraestrutura de uso coletivo da universidade, como o restaurante universitário, biblioteca central e setoriais, sistema de acesso à internet sem fio etc.

## 15. BIBLIOGRAFIA

DAGNINO, R. **Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade**: neutralidade e determinismo. In: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002.

FEENBERG, A. **Transforming technology**. Oxford University Press, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LASSITER, Luke E. **The Chicago guide to collaborative ethnography**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS  
TRADICIONAIS (PPG-PCTs)**

**MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E TERRITÓRIOS TRADICIONAIS  
(MESPT)**

**REGULAMENTO GERAL**

**TÍTULO I**

**DOS OBJETIVOS E ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA**

**Art. 1º** - O Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (PPG-PCTs), regido pela Resolução nº 080/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade de Brasília (UnB) e pelo presente Regulamento, visa à formação de profissionais para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base no diálogo de saberes (científicos e tradicionais) e em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território e do meio ambiente, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

§ 1º – Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais constitui-se com base na aliança entre diferentes unidades acadêmicas dos *campi* Darcy Ribeiro e de Planaltina.

§ 2º - A gestão acadêmica e administrativo-financeira do PPG-PCTs é responsabilidade da unidade eleita para coordená-lo pela Comissão de Pós-Graduação (CPG), a cada 2 anos.

§ 3º – Na fase de implantação do PPG-PCTs a Coordenação ficará ao encargo da Faculdade UnB Planaltina (FUP), responsável também pela instalação da CPG e do Colegiado do Programa.

**Art. 2º** - O PPG-PCTs está estruturado em uma única área de concentração, Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais, que se subdivide em 2 linhas de pesquisa: Territorialidades e Sistemas Agroalimentares; Sustentabilidade, Epistemologias e Práticas Interculturais.

## TÍTULO II

### DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

**Art. 3º** - A coordenação geral dos Programas de Pós-Graduação da UnB cabe, no plano executivo, ao Decanato de Pós-Graduação (DPG) e, no plano deliberativo, diretamente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) ou, por delegação, à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP), nos termos do Art. nº 77 do Regimento Geral da Universidade de Brasília.

**Art. 4º** - A Coordenação do PPG-PCTs está vinculada ao Colegiado do Programa (Col-PCTs), na forma que dispõe o art. nº 31 do Estatuto e os artigos nº 30 e 78 do Regimento Geral da Universidade de Brasília.

**Art. 5º** - O Col-PCTs será composto por todo(a)s o(a)s docentes permanentes do programa, lotado(a)s em diferentes unidades acadêmicas da UnB e portadore(a)s de título de doutor(a) ou equivalente, além de professore(a)s-pesquisadore(a)s colaboradore(a)s, após o seu devido credenciamento.

§ 1º - O Col-PCTs deve contar ainda com dois (2) representantes do corpo discente, um titular e outro suplente, escolhido(a)s por eleição direta pelos seus pares.

§ 2º - O mandato do(a) representante discente no Col-PCTs, e de seu(sua) suplente, será de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução consecutiva.

§ 3º - O Col-PCTs reunir-se-á ordinária e extraordinariamente por convocação de seu(sua) presidente ou, extraordinariamente, por autoconvocação de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 4º - O quórum mínimo para as reuniões do Col-PCTs é de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º - As votações serão secretas quando solicitadas por um ou mais membros do Colegiado, desde que tal solicitação seja devidamente aprovada pelo Colegiado.

§ 6º - As decisões serão tomadas por unanimidade ou por maioria simples de votos.

**Art. 6º** - O PPG-PCTs contará com uma Comissão de Pós-Graduação (CPG), sendo esta presidida pelo(a) Coordenador(a) do Programa, com 2 (dois) ou mais anos no exercício do magistério na Universidade de Brasília, escolhido(a) pela CPG entre seus membros.

§ 1º - Além do(a) Coordenador(a), a referida CPG tem na sua composição 4 (quatro) outros membros docentes, credenciados como membros permanentes do Programa, além de representação do corpo discente (titular e suplente) do Programa;

§ 2º - O mandato do(a) Coordenador(a) será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução consecutiva.

§ 3º - O mandato do(a)s docentes membros da CPG será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução consecutiva.

§ 4º - O mandato do(a)s representantes discentes na CPG (titular e suplente) será de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução consecutiva.

§ 5º - O(a) Coordenador(a) Substituto(a) também será eleito a partir da CPG.

**Art. 7º** - As competências do(a) Coordenador(a) do Programa são as definidas no Art. nº 14 da Resolução CEPE 080/2017.

**Art. 8º** - São atribuições do Colegiado do PPG-PCTs:

I – Assessorar a Coordenação do Programa na execução da política de pós-graduação da UnB e no seu acompanhamento;

II – Aprovar os planos de aplicação dos recursos colocados à disposição do Programa;

- III – Aprovar a lista de oferta de disciplinas para cada período letivo;
- IV – Propor critérios de seleção na pós-graduação, respeitada a regulamentação geral da UnB;
- V – Propor à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP) o número de vagas a serem oferecidas a cada seleção;
- VI – Aprovar a constituição da Comissão de Seleção para admissão de estudantes no Programa;
- VII - Appreciar propostas e recursos de docentes e discentes do Programa, no âmbito de sua competência.

**Art. 9º** - São atribuições da Comissão de Pós-Graduação (CPG) do PPG-PCTs:

- I – Coordenar e acompanhar o Programa no que diz respeito ao desempenho do(a)s estudantes e na utilização de bolsas e recursos;
- II – Gerenciar a distribuição e renovação de bolsas de estudo;
- III – Propor a homologação dos resultados de defesas de dissertações e teses;
- IV – Propor o credenciamento de orientadore(a)s específico(a)s, nos termos da Resolução CEPE nº 080/2017;
- V – Propor a designação de coorientadore(a)s, nos termos do Art. nº 23, da Resolução CEPE nº 080/2017;
- VI – Avaliar as solicitações de aproveitamento de estudos, nos termos dos artigos nº 25 e 32 da Resolução CEPE nº 080/2017;
- VII – Analisar pedidos de trancamento geral de matrícula, bem como designação e mudança de orientador(a) e coorientador(a);
- VIII – Appreciar propostas e recursos de docentes e discentes do Programa, no âmbito de sua competência.
- IX - Aprovar a constituição de Comissões Examinadoras de dissertações (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), de acordo com a orientação do Colegiado do PPG-PCTs.

### TÍTULO III

## DO CREDENCIAMENTO DE DOCENTES

**Art. 10º** - Cada estudante regular do PPG-PCTs terá um(a) professor(a) orientador(a), membro do corpo docente do Programa, para desenvolver sua dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso, conforme portaria específica da CAPES relativa aos programas de pós-graduação profissionais, Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009).

**Parágrafo Único** – O(a) professor(a) orientador(a) deverá ser credenciado(a) junto ao PPG-PCTs e pela Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação (CPP) da UnB, ter título de doutor(a) e comprovar produção acadêmico-científica relevante e regular, de acordo com os critérios definidos em resolução própria do Programa sobre esta matéria.

## TÍTULO IV

### DA SELEÇÃO E DA ADMISSÃO

**Art. 11º** - A admissão de estudantes no PPG-PCTs será feita por Comissão de Seleção designada pelo Colegiado do Programa, por meio de seleção pública com normas definidas em edital para candidato(a)s que satisfaçam as exigências estabelecidas na regulamentação geral da Universidade de Brasília, e demais normas pertinentes.

§ 1º - Para o estabelecimento do número de vagas, serão levados em consideração, pelo Colegiado do PPG-PCTs, os seguintes aspectos:

I – Existência comprovada de orientadore(a)s, com disponibilidade para orientação;

II – Fluxo de entrada e saída de estudantes.

§ 2º - A seleção de candidato(a)s ao PPG-PCTs será feita por uma Comissão de Seleção, constituída por, pelo menos, 03 (três) membros designados pelo Col-PCTs.

§ 3º - A Comissão de Seleção poderá ainda integrar convidado(a)s externo(a)s à UnB, com destacada trajetória no campo acadêmico ou profissional junto a povos e comunidades tradicionais.

§ 4º - Compete à Comissão de Seleção:

- I – Elaborar o Edital de Seleção e submetê-lo à aprovação do Col-PCTs;
- II – Cumprir e fazer cumprir o Edital de Seleção;
- III – Coordenar e executar o processo de seleção do(a)s candidato(a)s;
- IV – Encaminhar ao Col-PCTs ata contendo todos os elementos do processo, para efeito de aprovação da CPG e de homologação pelo DPG.

§ 5º - A documentação para inscrição e o processo de seleção de candidato(a)s serão definidos no Edital de Seleção.

§ 6º - O edital poderá prever processo de seleção que dispense a presença do(a)s candidato(a)s em Brasília - DF.

§ 7º Situações não previstas em edital serão resolvidas pela CPG e encaminhadas ao Col-PCTs ou à CPP para informe ou julgamento.

**Art. 12º** - Poderá ser admitida a matrícula de aluno(a)s especiais em disciplinas optativas do Programa, de acordo com a disponibilidade de vagas e consentimento do(a) professor(a) responsável pela disciplina.

**Parágrafo Único** - A matrícula como aluno(a) especial não cria qualquer vínculo com o PPG-PCTs.

## **TÍTULO V**

### **DA ORIENTAÇÃO**

**Art. 13º** - Cada estudante regular terá um(a) professor(a) orientador(a), credenciado(a) pela CPP, e distribuído(a) pelo Col-PCTs de acordo com as linhas de pesquisa, no prazo de até 6 (seis) meses do ingresso no Programa.

**Parágrafo Único** - Nos casos em que o(a) discente não obtenha o aceite de nenhum(a) docente ou que, por qualquer motivo, fique sem orientador(a), o(a) Coordenador(a) do PPG-PCTs assumirá temporariamente a sua orientação.

**Art. 14º** - A CPG deverá, em casos de ausência temporária justificada de orientador(a) por pelo menos 6 (seis) meses, indicar um(a) coorientador(a) a ser aprovado(a) pelo Col-PCTs.

**Parágrafo Único** - É facultada a mudança de orientador(a) mediante justificativa qualificada e solicitada por escrito do(a) orientador(a) ou do(a) orientando(a), desde que seja aprovada pelo Col-PCTs.

**Art. 15º** - O estudante poderá ter, além de seu(sua) orientador(a) titular, um(a) coorientador(a), cujo nome deverá ser indicado pelo(a) orientador(a) e aprovado pela CPG até a data da qualificação do projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), mediante solicitação circunstanciada do(a) orientador(a), sendo credenciado(a) como orientador(a) pela CPP e registrado junto ao Decanato de Pós-Graduação (DPG).

**Parágrafo Único** – O(a) coorientador(a) não substituirá de forma automática o(a) orientador(a) em suas funções regimentais específicas.

**Art. 16º** - São atribuições do(a) professor(a) orientador(a):

I – Orientar a elaboração, aprovar e acompanhar o programa de estudos do(a) estudante, inclusive orientando sobre as disciplinas que, por necessidade, deverão ser cursadas pelo(a) orientando(a) em qualquer período letivo;

II – Orientar a elaboração, avaliar, aprovar e acompanhar o trabalho de pesquisa;

III – Requerer à CPG, por escrito, a marcação da qualificação do projeto e defesa da dissertação de mestrado (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), propondo a composição da Comissão Examinadora, de comum acordo com a Coordenação do curso;

IV – Sempre que necessário, emitir parecer por escrito sobre o desempenho de seus(suas) estudantes-orientando(a)s, sugerindo a renovação ou cancelamento da bolsa de estudos, desligamento do curso por baixo rendimento, se for o caso.

## TÍTULO VI

### DO REGIME DIDÁTICO E DA AVALIAÇÃO

**Art. 17º** – Os prazos para obtenção dos títulos de Mestre seguirão as seguintes normas

§ 1º Incluindo o prazo para a elaboração e defesa de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso, conforme portaria específica da CAPES relativa aos programas de pós-graduação profissionais, Portaria Normativa nº 17, de 28 de dezembro de 2009), os prazos mínimo e máximo para o(a) estudante completar o Mestrado Profissional são, respectivamente, de 12 (doze) meses e 24 (vinte quatro) meses letivos.

§ 2º Excepcionalmente, mediante apresentação de razões amplamente justificadas e de cronograma que indique claramente a viabilidade de conclusão pelo(a) estudante, o Col-PCTs poderá estender ou reduzir este prazo pelo período de até 6 (seis) meses.

**Art. 18º** – O(a) estudante do Mestrado Profissional deverá cumprir 28 créditos, sendo 14 em disciplinas obrigatórias e 14 em disciplinas optativas e demais atividades acadêmicas.

**Art. 19º** - A estrutura curricular é composta por disciplinas obrigatórias, que constituem o tronco comum, e as optativas, que constituem o domínio conexo do curso, conforme quadro do Anexo 1.

**Parágrafo Único** – Mediante indicação do(a) orientador(a), o(a) estudante poderá cursar disciplinas de domínio conexo, oferecidas por outros programas de pós-graduação *stricto sensu*, com limite de aproveitamento de 04 (quatro) créditos.

**Art. 20º** - A avaliação do desempenho do(a)s estudantes nas disciplinas do PPG-PCTs obedecerá ao sistema de menções da Universidade de Brasília.

**Art. 21º** - É facultado o aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação em cursos de pós-graduação *stricto sensu* de instituições brasileiras ou estrangeiras, antes da admissão no curso atual, até um limite de 70% dos créditos em disciplinas exigidos para o curso, nos termos da Resolução CEPE nº 080/2017.

§ 1º - O aproveitamento de estudos realizar-se-á mediante análise da equivalência entre a disciplina cursada e a disciplina equivalente do Programa, sendo concedido crédito na disciplina equivalente do PPG-PCTs;

§ 2º - Poderão ainda ser aproveitados, até o limite fixado, créditos de disciplinas de pós-Graduação *stricto sensu* cursadas concomitantemente ao Programa, em instituições brasileiras ou estrangeiras, mediante solicitação aprovada pela CPG, na qual fique demonstrada a contribuição da disciplina para o programa de estudos do(a) estudante.

§ 3º - O aproveitamento de estudos dependerá sempre da aprovação da CPG, à vista de parecer circunstanciado de orientador, no qual fique clara a contínua relevância e atualidade dos conteúdos anteriormente estudados, nos casos em que essas disciplinas tiverem sido cursadas há mais de 5 (cinco) anos.

**Art. 22º** - Poderão ser apropriados até 8 (oito) créditos de pós-graduação *stricto sensu* cursados como estudante especial na Universidade de Brasília, há menos de 3 (três) anos.

**Art. 23º** - O trancamento geral de matrícula só poderá ocorrer por motivo justificado e nos casos em que fique comprovado o impedimento involuntário do(a) estudante para exercer suas atividades acadêmicas.

§ 1º - O trancamento geral de matrícula não poderá ser concedido por mais de um período letivo, durante a permanência do(a) estudante no curso, exceto por razões de saúde.

§ 2º - Os pedidos de trancamento justificado serão decididos pelo Col-PCTs, ouvido(a) o(a) orientador(a) do(a) estudante.

**Art. 24º** - O trancamento de matrícula em disciplina obrigatória deverá ser autorizado pelo(a) Coordenador(a) do Programa, ouvido(a) o(a) orientador(a) do(a) estudante.

**Art. 25º** – O(a)s estudantes deverão defender o projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) no início do terceiro semestre letivo do Mestrado Profissional.

§ 1º - A avaliação do projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) será realizada por Comissão Examinadora aprovada pela CPG, sendo composta por 3 (três) professore(a)s doutore(a)s, sendo

um(a) dele(a)s o(a) orientador(a), podendo incluir um membro externo ao PPG-PCTs.

§ 2º - A avaliação do projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) consistirá em arguição oral, durante a qual o(a) estudante defenderá o projeto apresentado.

§ 3º - Caso o estudante não obtenha a aprovação de seu projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), o prazo para reformulação e nova avaliação será de, no máximo, 3 (três) meses.

§ 4º - Caso a avaliação do projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) seja positiva, o(a) estudante passa à condição de candidato(a) a mestre.

§ 5º - A matrícula no semestre letivo subsequente é condicionada à defesa do projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso).

**Art. 26º** - Para obter o Diploma de Mestre, além de cumprir as exigências curriculares estabelecidas neste Regulamento, o(a) estudante deverá:

I – Ter seu projeto de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) aprovado por uma Comissão Examinadora, em sessão pública, no prazo fixado neste Regulamento;

II – Ter uma dissertação de mestrado (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) previamente pactuada, de sua autoria, a ser defendido em sessão pública e aprovada por uma Comissão Examinadora.

§ 1º - Na data da defesa da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) o(a) candidato(a) deverá ter cumprido todas as demais exigências curriculares do seu curso.

§ 2º - A Comissão Examinadora de dissertação de mestrado (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) será composta pelo(a) professor(a) orientador(a), que a presidirá, por 2 (dois) outros membros titulares, sendo um deles não vinculado ao Programa, e 1 (um) suplente,

devendo ser aprovada pela CPG e pelo DPG, com pelo menos 30 dias de antecedência à data da defesa.

§ 3º - Na impossibilidade da participação do(a) orientador(a), este poderá ser substituído(a) na defesa de dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) por outro(a) docente credenciado(a) ao Programa, mediante a indicação da CPG e aprovação do DPG.

§ 4º - Uma vez aprovada a composição da Comissão Examinadora e a data da defesa, só poderão ser alteradas as indicações de nomes mediante nova proposição aprovada pela CPG.

**Art. 27º** - A forma das Dissertações (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) do PPG-PCTs deverá seguir norma própria para elaboração, de acordo com normais gerais estabelecidas pelo DPG e parâmetros da CAPES para programas de pós-graduação profissionais.

**Parágrafo Único** – As dissertações (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) do PPG-PCTs poderão ser redigidas e defendidas em língua portuguesa ou em línguas internacionais (espanhol, francês ou inglês) ou bilíngue, no caso de línguas indígenas (língua portuguesa e língua indígena).

**Art. 28º** - A dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), juntamente com a solicitação de defesa, deverá ser encaminhada à Coordenação do Programa, com 30 (trinta) dias de antecedência à data da defesa.

**Art. 29º** - As decisões da Comissão Examinadora serão tomadas por unanimidade ou maioria simples dos votos, sem a participação do(a) orientador(a), que não terá direito a voto.

§ 1º - A avaliação da Comissão Examinadora será conclusiva e resultará em uma das seguintes decisões: aprovação, aprovação com revisão de forma, reformulação ou reprovação.

§ 2º - No caso de aprovação, a homologação ficará condicionada à entrega da versão definitiva da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) no prazo de 15 (quinze) dias à Coordenação do Programa.

§ 3º - No caso de revisão de forma, a homologação ficará condicionada à apresentação da versão definitiva da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com a devida anuência do(a) professor(a) orientador(a).

§ 4º - No caso de reformulação, o(a) estudante ficará obrigado a apresentar e defender, em caráter definitivo, uma nova versão da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) no prazo estabelecido, que não poderá ser superior a 3 (três) meses.

§ 5º - A não aprovação da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), nos termos do § 4º, implicará o desligamento do(a) estudante do Programa.

§ 6º - Caberá recurso às decisões da Comissão Examinadora somente por vício de forma.

§ 7º - A não observância dos prazos estabelecidos nos parágrafos 2º, 3º e 4º implicará o desligamento do(a) estudante, de acordo com o Art. 32º deste Regulamento.

**Art. 30º** - A expedição do Diploma de Mestre ficará condicionada à homologação, pelo DPG, de relatório elaborado pela Comissão Examinadora.

§ 1º - O relatório de defesa deverá ser encaminhado ao DPG, pelo(a) Coordenador(a) do Programa no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

§ 2º - O DPG regulamentará a forma e os documentos adicionais relativos ao envio do relatório da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso), em instrução específica.

**Art. 31º** - O(a) estudante será desligado(a) do Programa na ocorrência de uma das seguintes situações:

I - Após duas reprovações em disciplinas do curso;

II - Se não efetivar matrícula findo o trancamento previsto no Art. 24º deste Regulamento;

III - Se não efetivar matrícula a cada semestre;

IV – Se for reprovado(a) na defesa da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso);

V – Se ultrapassar o prazo máximo de permanência no Programa, previsto no Art. 17º deste Regulamento;

VI – Se não tiver a aprovação da dissertação (ou outra modalidade de trabalho de conclusão de curso) reformulada, assim como não entregar a reformulação nos prazos estipulados pela Comissão Examinadora;

VII – A prática de plágio ou outro modo de imitação ou falsificação pode constituir motivo disciplinar, resultando no desligamento do(a) estudante;

VI – Por motivos disciplinares previstos no Regimento Geral da Universidade de Brasília.

**Art. 32º** - Na eventualidade de um(a) estudante desejar reingressar no curso após desligamento, só poderá fazê-lo através de nova seleção pública, de acordo com os procedimentos previstos em edital e respeitado o prazo de 2 (dois) anos desde o seu desligamento, conforme determinação do Art. 32, § 2º da Resolução CEPE 080/2017.

**Parágrafo Único** - Disciplinas cursadas anteriormente à admissão poderão ser aproveitadas após análise pelo Col-PCTs.

## **TÍTULO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 33º** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Col-PCTs e enviados à CPP para julgamento.

**Art. 34º** - Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pela CPP, sendo revogadas todas as disposições em contrário.

## **ANEXO 1**

### **ESTRUTURA CURRICULAR DO MESPT**

#### **1. Disciplinas obrigatórias (Tronco Comum)**

<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>
Seminário Integrador 1: Sustentabilidade	02
Seminário Integrador 2: Territorialidades	02
Seminário Integrador 3: Interculturalidade e Intercientificidade	02
Fundamentos e Métodos de Pesquisa 1	02
Fundamentos e Métodos de Pesquisa 2	02
Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 1	02
Novas Narrativas e Escrita Acadêmica 2	02

## 2. Disciplinas optativas (Domínio Conexo)

<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>
Gestão Ambiental e Territorial	02
Cultura, Desenvolvimento e Sustentabilidade	02
Dinâmicas dos Sistemas Produtivos Tradicionais	02
Organização Social e Reciprocidade	02
Conhecimento na Prática	02
Práticas de Cuidado e Sustentabilidade	02
Práticas Educativas em Contextos de Povos e Comunidades Tradicionais	02
Epistemologias Comparadas	02
Tópicos Especiais 1	02
Tópicos Especiais 2	02
Seminário de Pesquisa 1	02
Seminário de Pesquisa 2	02